



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA**

SIMONE VALÉRIA DE ARAUJO

**O IMBRICAMENTO DO DISCURSO SOBRE VELHICE, CONSUMO E MERCADO
DE TRABALHO: EFEITOS DE SENTIDOS NO ESPAÇO MIDIÁTICO**

**Maceió
2018**

SIMONE VALÉRIA DE ARAUJO

**O IMBRICAMENTO DO DISCURSO SOBRE VELHICE, CONSUMO E MERCADO
DE TRABALHO: EFEITOS DE SENTIDOS NO ESPAÇO MIDIÁTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Área de concentração:
Discurso - Sujeito, História e Ideologia.

Orientador: Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho

**Maceió
2018**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho

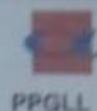
A663i Araújo, Simone Valéria de.
O imbricamento do discurso sobre velhice, consumo e mercado de trabalho : efeitos de sentidos no espaço midiático / Simone Valéria de Araújo. – 2018.
68 f. : il.

Orientador: Helson Flávio da Silva Sobrinho.
Dissertação (mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2018.

Bibliografia : f. 64-68.

1. Análise do discurso. 2. Velhice. 3. Consumo. 4. Mercado de trabalho. 5. Materialismo histórico-dialético. I. Título.

CDU: 869.0(81).09



TERMO DE APROVAÇÃO

Simone Valéria de Araújo

Título do trabalho: "O imbricamento do discurso sobre velhice, consumo e mercado de trabalho: efeitos de sentidos no espaço midiático".

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRA em LINGÜÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho (orientador) – PPGL UFAL

Examinadores:

Profa. Dra. Belmira Rita da Costa Magalhães (titular interno) – PPGL/UFAL

Profa. Dra. Lidia Maria Marinho da Pureza Ramires (ICHCA/UFAL)

Maceió, 31 de agosto de 2018.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador e eterno Professor Helson Flávio da Silva Sobrinho, por ter me dado a oportunidade de conhecer a Análise do Discurso, por todo o incentivo, por todos os ensinamentos sobre a teoria e sobre a vida; e por ser para mim, e acredito que para muitos, um exemplo de profissional e de ser humano.

À Professora Belmira Magalhães, por ter me possibilitado adquirir mais conhecimento sobre o Materialismo histórico dialético.

À Professora Socorro Aguiar Cavalcante, que, desde os tempos da graduação, tem contribuído para minha formação como professora.

À Professora Lídia Ramires, por ter aceitado o convite para compor a banca de defesa desta dissertação e por sua contribuição para com os estudos em Análise do Discurso na UFAL.

À minha grande amiga Ana Paula Oliveira, por tudo, sobretudo, por sua amizade, que é de grande valor para mim.

Aos amigos que tive a oportunidade de conhecer e compartilhar bons momentos ao longo da minha caminhada na Análise do Discurso: Diego Lacerda, Rachel, Mércia, Luciano, Heder, Dhiego Simões, Juliana, professor Sóstenes Éricson.

Gerontologia econômica

*Simone de Beauvoir, tua lição
não me interessa, não sobre a velhice.
Prefiro agora ver José da Cruz,
mineiro de Ouro Preto (quem diria?)
Trabalhando de dar sumiço a velhos
“Já não valem mais nada”, ele declarara.
Como não? Valem muito: à custa deles,
cria José, em meio à vida cara,
uma nova e rendosa profissão.
(Drummond)*

RESUMO

Este trabalho se fundamenta na interface da Análise do Discurso de linha pecheuxtiana com o Materialismo histórico dialético e tem por objetivo evidenciar de que maneira o discurso sobre a **Velhice** se entrecruza com os discursos sobre **o Consumo e o Mercado de trabalho** e como esse imbricamento produz efeitos de sentido para o sujeito velho/idoso, visto que sua circulação ocorreu de forma bastante contundente na mídia, nos primeiros quinze anos do século XXI. Nossa escolha temática se justifica pelo fato de havermos observado que há discursos sobre a velhice e, por conseguinte, sobre o trabalhador velho/idoso, provocando efeitos de sentido de homogeneidade através de estratégias discursivas disseminadas no espaço midiático. Esses discursos, sob o efeito de ilusão da transparência da linguagem, mascaram a igualdade entre os sujeitos e velam os verdadeiros interesses que subjazem sua disseminação, que consistem na eximinação do Estado para com suas responsabilidades em relação ao velho/idoso, sobretudo, no tocante à concessão da aposentadoria; e a consolidação e permanente estabilidade do sistema capitalista. Em meio a essa realidade, observamos também que a circulação de discursos sobre o Mercado de trabalho, que, supostamente, estaria aberto para os sujeitos da terceira idade, configura-se como uma estratégia discursiva de mercado que objetiva a manutenção do consumo por parte desses sujeitos. Tendo em vista que há uma redução em seus rendimentos com a aposentadoria, o sujeito velho/idoso se vê na necessidade de trabalhar mais tempo para manter um determinado padrão de consumo. Por fim, concluímos que existem estratégias discursivas no entrecruzamento de sentidos dos dizeres sobre a Velhice, o Consumo e o Mercado de Trabalho que circularam na mídia com o propósito de gerenciar os gestos de interpretação sobre a **Velhice** na sociedade brasileira, com vistas à manutenção do sistema de exploração capitalista sem impacto em sua estrutura.

Palavras-chave: Discurso. Velhice. Consumo. Mercado de Trabalho.

RESUMEN

Este trabajo se fundamenta en la interfaz del Análisis del Discurso de línea pecheuxtiana con el Materialismo histórico dialéctico y tiene por objetivo evidenciar de qué manera el discurso sobre la Vejez se entrecruza con los discursos sobre el Consumo y el Mercado de trabajo y como ese entrelazamiento produce efectos de sentido para el sujeto viejo/anciano, ya que su circulación ocurrió de forma bastante contundente en los medios de comunicación, en los primeros quince años del siglo XXI. Nuestra elección temática se justifica por el hecho de haber observado que hay discursos sobre la vejez y, por consiguiente, sobre el trabajador viejo/anciano provocando efectos de sentido de homogeneidad a través de estrategias discursivas diseminadas en los medios. Estos discursos, bajo el efecto de ilusión de la transparencia del lenguaje, enmascaran la igualdad entre los sujetos y velan los verdaderos intereses que subyacen su diseminación, que consisten en la eximición del Estado con sus responsabilidades en relación al viejo/anciano, sobre todo, en lo tocante a la concesión de la jubilación; y la consolidación y permanente estabilidad del sistema capitalista. Delante de esa realidad, observamos también que la circulación de discursos sobre el Mercado de trabajo, que, supuestamente, estaría abierto para los sujetos de la tercera edad, se configura como una estrategia discursiva de mercado que objetiva el mantenimiento del consumo por parte de esos sujetos. En vista de que hay una reducción en sus rendimientos con la jubilación y, de esta forma, para que se mantenga un determinado patrón de consumo, es necesario que el sujeto viejo/anciano trabaje por más tiempo. Por último, concluimos que existen estrategias discursivas en el entrecruzamiento de sentidos de los discursos sobre la Vejez, el Consumo y el Mercado de trabajo que circularon en los medios con el propósito de gestionar la interpretación sobre la Vejez en la sociedad brasileña, con el fin de mantener el sistema de explotación capitalista sin impacto en su estructura.

Palabras-clave: Discurso. Vejez. Consumo. Mercado de trabajo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A TEORIA DO DISCURSO.....	9
2.1	O tripé da Análise do discurso francesa	10
2.2	A relação entre Língua e História, Sujeito e Ideologia	11
2.3	Condições de produção e a contribuição do Materialismo histórico dialético....	20
3	A ATUAÇÃO DA MÍDIA NA CONSTITUIÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS DISCURSOS SOBRE VELHICE, COMSUMO E MERCADO DE TRABALHO	34
3.1	A mídia	35
3.2	A velhice e o Mercado de Trabalho	37
3.3.	O consumo.....	44
4.	Análise.....	47
5.	Considerações finais.....	62
6.	Referências.....	64

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de mestrado se inscreve no campo teórico-metodológico da Análise do Discurso, na linha de Michel Pêcheux, e visa analisar os efeitos de sentido na relação estabelecida entre Velhice, Mercado de trabalho e Consumo nos discursos que circularam na mídia, nos primeiros quinze anos do século XXI.

Justificamos nossa escolha por esse eixo temático pelo fato de termos observado em pesquisas anteriores¹, que o envelhecimento da população brasileira e mundial, foi discursivizado na mídia, nas falas do cotidiano e nos documentos oficiais do Estado, de forma bastante recorrente, na primeira década do século XXI. Essas formas de dizer sobre a Velhice apresentam marcas de contradição que nos possibilitaram, através do dispositivo teórico e analítico da Análise do discurso, compreender os mecanismos semânticos que sustentam e justificam sua disseminação no momento histórico que estamos vivenciando.

Nesta pesquisa, objetivamos analisar os feitos de sentidos produzidos pelos discursos sobre Velhice, Consumo e Mercado de trabalho que se encontram em circulação na internet. Com o intuito de mostrar, no fio do discurso o mecanismo imaginário que põe em funcionamento sentidos sedimentados na memória discursiva sobre a Velhice que, por sua vez, revelam as raízes ideológicas a partir das quais se funda o processo que articula essa fase vida aos sentidos do Trabalho e do Consumo. Pois, observamos que há uma lógica de mercado que perpassa esse discurso, que, em realidade, objetiva o retorno do velho/idoso ao Mercado de trabalho, visando potencializar seu poder de compra. Essa forma de dizer encobre a exploração do trabalhador e o preconceito sofrido pelo sujeito idoso aposentado, este que, dentro da lógica capitalista, encontra-se à margem da sociedade, inapto a produzir e a consumir. Desse modo, o discurso sobre Velhice e Consumo e Mercado de trabalho refrata sua natureza contraditória, desvelando silenciamentos como a exclusão social e o efeito da luta de classes nas práticas discursivas sobre a Velhice.

¹ O funcionamento do Discurso sobre a Velhice e os Trajetos Sociais de Sentidos, PIBIC 2012-2014.

2 A TEORIA DO DISCURSO

Como dissemos, nesta primeira seção falaremos sobre a Análise do Discurso pecheutiana, teoria desenvolvida por Michel Pêcheux, na França de 1969. E de algumas de suas categorias teóricas essenciais.

A Análise do Discurso trabalha a relação contraditória entre língua, história, sujeito e ideologia. Seu quadro teórico e metodológico se fundamenta no entremeio de três áreas do conhecimento: o Materialismo Histórico, com a teoria das formações sociais, incluindo aí a ideologia; a Linguística, com a teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e a Teoria do Discurso: teoria da determinação histórica dos processos semânticos. As três áreas estão atravessadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 163).

Uma das premissas da Análise do Discurso pecheuxiana, a nosso ver, a principal delas, propõe que o sentido não existe em si mesmo, pois sofre o efeito da determinação das posições ideológicas em jogo nos processos sócio-históricos. Por isso, nesta pesquisa, tomamos o discurso enquanto mediação entre os sujeitos, cuja base está nas suas relações históricas de produção. Pois, como diz Pêcheux: “[...] a reprodução, bem como a transformação, das relações de produção é um processo objetivo cujo mistério é preciso desvendar, e não um simples estado de fato que bastaria ser constatado” (PÊCHEUX, 1997, p. 134).

Tendo em vista que a história resulta das práticas sociais dos sujeitos, a Análise do Discurso leva em consideração a raiz do fazer e fazer-se dos homens, pois a forma de ser dos sujeitos e a produção do discurso resultam das relações materiais determinadas que eles praticam, ou seja, da produção material da própria vida, onde se estabelecem relações determinadas que constituem a produção de sentidos.

É por esse caminho que pretendemos ir às condições histórico-concretas da produção do discurso sobre Velhice, Consumo e Mercado de trabalho, para compreender como ele é discursivizado na mídia. Para tanto, traremos para o âmbito de nossa discussão algumas das categorias teóricas da AD, de modo a desenvolvermos uma reflexão sobre o seu papel na teoria e sua contribuição para o entendimento do funcionamento do discurso que nos propomos a analisar.

No entanto, como será possível constatar, o primeiro tópico desta seção trata das filiações teóricas da Análise do Discurso na linha de Michel Pêcheux, a AD francesa.

2.1 O tripé da Análise do discurso francesa

O campo de estudos sobre o Discurso se desenvolveu na França em meados da década de 1960, a partir dos trabalhos de Z. S. Harris. Em 1969, Michel Pêcheux, publica na França a Análise Automática do Discurso, a AAD-69, obra inicial da teoria que, mais tarde, passaria a ser denominada AD francesa ou Análise do Discurso na Linha de Michel Pêcheux, seu principal articulador.

A nomenclatura dada à teoria supracitada, não se dá de modo aleatório, pois, ao passo que a distingue das demais correntes de estudo do discurso, também a singulariza e demarca seu espaço de constituição. Visto que seu surgimento provoca uma ruptura com a forma de se fazer ciência no âmbito dos estudos da linguagem. Como mostraremos adiante.

A década de 1960 é o auge do Estruturalismo, que, sobretudo na França, influenciou uma parcela significativa de sua intelectualidade². A Linguística, encarada enquanto ciência-piloto, servia como norte para os defensores do paradigma estrutural no desenvolvimento de suas pesquisas, especialmente na área das humanidades. Deste modo, o objeto científico da linguística deveria ser padronizado, normatizado, livre de interferências, o que culmina com o apagamento do sujeito.

No entanto, o movimento de maio de 1968³, muda o cenário político-social francês, e deriva para o campo científico, fazendo surgir em seu espaço novas interrogações e questionamentos acerca do modo de se fazer ciência sob a égide do paradigma estruturalista, que, a essa altura, já vinha perdendo sua força no âmbito das ciências humanas.

É nesse ambiente que Michel Pêcheux elabora a Análise do Discurso, que surgiu como uma proposta de intervenção que visava combater o formalismo linguístico, colocando o sujeito e a historicidade como centro de sua teoria, abrindo, assim, um campo de questões no interior da Linguística.

² Como, por exemplo, Claude Lévi-Strauss.

³ O movimento de maio de 68 consiste em uma onda de protestos ocorridos na França, no ano de 1968, como greves de trabalhadores e manifestações estudantis. Época em que o país era governado por Charles De Gaulle.

O projeto de Michel Pêcheux nasceu na conjuntura dos anos de 1960, sob o signo da articulação entre a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise. Ele, progressivamente, o madureceu, explicitou, retificou. Seu percurso encontra em cheio a virada da conjuntura teórica que se avoluma na França a partir de 1975. Crítica da teoria e das coerências globalizantes, desestabilização das positivities, de um lado. Retorno do sujeito, derivas na direção do vivido e do indivíduo, de outro. Deslizamento da política para o espetáculo! Era a grande quebra. Deixávamos o tempo da “luta de classes na teoria” para entrar no do “debate” (MALDIDIER, 2003, p.16).

Desta forma, para Pêcheux, “o efeito subversivo da trilogia Marx-Freud-Saussure foi um desafio intelectual engajado a promessa de uma revolução cultural, que coloca em causa as evidências da ordem humana como estritamente bio-social” (PÊCHEUX, 2008, p.45).

Nesse sentido, Orlandi observa no prefácio de **O discurso: estrutura ou acontecimento**, que “os princípios teóricos que ele estabelece se alojam não em regiões já categorizadas do conhecimento mas em interstícios disciplinares, nos vãos que as disciplinas deixam ver em sua articulação contraditória” (PÊCHEUX, 2008, p.7). Desse modo, a AD se apresenta como uma forma de conhecimento que se faz no entremeio, no entrecruzamento da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise.

2.2 A relação entre Língua e História, Sujeito e Ideologia

A Análise do Discurso (AD) enquanto disciplina de entremeio se estrutura na relação língua, história, sujeito e ideologia. Explicitar essa relação é imprescindível para viabilizar o entendimento do trajeto teórico-metodológico aplicado neste trabalho, pois sua articulação ao *corpus* possibilitará compreender os efeitos de sentido produzidos pelos discursos sobre Velhice, Consumo e Mercado de trabalho na sociedade atual.

Os dispositivos teóricos que compõem o campo da Análise do Discurso, como dissemos, foram incorporados à teoria do discurso a partir do questionamento a outras áreas do conhecimento, mais especificamente à Linguística, ao Marxismo e à Psicanálise. Assim, ao redefinir conceitos advindos dessas áreas, a AD estabelece uma interlocução com os diversos campos do saber.

Sua relação com a Linguística se constitui pela afirmação da não-transparência da linguagem, visto que tem como base da produção do discurso a historicidade, deixada de lado ao se tomar a Língua enquanto um sistema abstrato e autônomo, segundo o modelo saussuriano, que afirma que: “A língua ... é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo,

que por si só não pode nem criá-la nem modificá-la” (SAUSSURE apud Pêcheux, 2014, p.21). Ou seja, a língua é percebida como um objeto científico homogêneo, não suscetível a falhas. O que revela uma posição teórica que anula o sujeito e seu potencial de criação na mesma medida em que apaga os efeitos ideológicos da língua.

Desta forma, ao questionar o posicionamento teórico acima evocado, Pêcheux (2014), atesta a relativa autonomia do sistema linguístico, mostrando que ele se encontra ao mesmo tempo ligado à história e aos sujeitos falantes. E, desse modo, define discurso como “efeitos de sentidos entre interlocutores”, sendo a língua condição de sua possibilidade, pressuposto. Com isso, o autor afirma o caráter material da linguagem que encontra fundamento no intercâmbio entre os sujeitos, imprimindo à teoria do discurso uma relação dialética entre mundo-sujeito-linguagem, visto que, para Marx e Engels (2009):

A linguagem é tão antiga quanto a consciência - a linguagem é a consciência real prática que existe também para outros homens e que, portanto, só assim existe para mim; e a linguagem só nasce, como a consciência, da necessidade, da necessidade orgânica do intercâmbio com outros homens (MARX; ENGELS, 2009, p. 44).

A respeito do caráter histórico-social da língua diz Bakhtin: “A língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua, nem no psiquismo individual dos falantes” (BAKHTIN, 1986, p.124).

Assim, para este autor, por estar à língua relacionada a todas as esferas da atividade humana, ela se constitui através do fenômeno social da interação verbal, realizado através dos processos de enunciação, e, por esse motivo, é essencialmente ideológica.

Nesse sentido, para Cavalcante (2014):

A linguagem é a forma concreta sob a qual opera a consciência da realidade circundante cujo nascimento é consequência da atividade produtiva dos homens. Essa atividade se desencadeia em duas direções: na ação dos homens sobre a natureza, apropriando-se de meios de satisfazer suas necessidades e na necessidade de se comunicar com outros homens - consequência da atividade produtiva (CAVALCANTE, 2014, p. 4).

Desta forma, de acordo com a autora, “é através da linguagem que os indivíduos se apropriam da realidade e da própria linguagem, de conceitos que lhes permitem entender os fenômenos e agir no mundo. Essa forma de objetivação se objetiva via discurso” (CAVALCANTE, 2014, p. 5)

Assim, concebendo a linguagem como mediação entre o homem e a realidade natural e social, a AD critica a Linguística, refletindo sobre o modo como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua.

Com isso, pressupõe o legado do materialismo histórico dialético, isto é, “o de que há um real da história de tal forma que o homem faz história, mas esta também não lhe é transparente” (ORLANDI, 2013, p.19). Deste modo, a Psicanálise contribui com o deslocamento da noção de homem para a noção de sujeito que se constitui na relação com simbólico na história. Visto que “a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos) o sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia” (ORLANDI, 2013, p.19).

A concepção de sujeito é uma noção central para a análise do discurso. O percurso que Michel Pêcheux faz para tratar da forma sujeito em **Semântica e Discurso** expõe uma postura dialética, referente ao lugar social do sujeito, à sua determinação e representação nos processos discursivos. Ao contrário do que se pode observar na teoria Althusseriana⁴. Talvez, em virtude da leitura mecanicista das obras de Marx, como apontado por Pêcheux em **Estrutura ou acontecimento**. A respeito disso, diz o autor:

Este caráter oscilante e paradoxal do registro do ordinário do sentido parece ter escapado completamente à intuição do movimento estruturalista: este nível foi objeto de uma aversão teórica, que o fechou totalmente no inferno da ideologia dominante e do empirismo prático, considerados como ponto-cego, lugar de pura reprodução do sentido (PÊCHEUX, 2008, p.52).

Neste ponto, o filósofo trata da leitura mecanicista das obras de Marx feita pelos estruturalistas, incluindo Louis Althusser. Pois, para Pêcheux, a história é uma disciplina de interpretação e não uma “física de tipo novo”.

Esta concepção aristocrática, se atribuindo de *facto* o monopólio do segundo espaço (o das discursividades não-estabilizadas logicamente) permanecia presa, mesmo através de sua inversão “proletária”, a velha certeza elitista que pretende que as classes dominadas não inventam jamais nada, porque elas estão muito absorvidas pelas lógicas do cotidiano: no limite, os

⁴ Neste ponto nos referimos ao caráter transformador do sujeito, enquanto agente das práticas sociais. Pêcheux discute a respeito disso em *Estrutura ou Acontecimento* (2008, p.51-54), obra na qual o autor critica, entre outras questões teóricas, os gestos de interpretação de discursos nos quais a estrutura se sobrepõe, no sentido de que apaga o caráter potencial do acontecimento, aprisionando o sujeito na formação discursiva.

proletários, as massas, o povo... teriam tal necessidade vital de universos logicamente estabilizados que os jogos de ordem simbólica não os concerniriam! Neste ponto preciso, a posição teórico poética do movimento estruturalista é insuportável (PÊCHEUX, 2008, p.53).

Segue o autor: “este problema constitui um dos pontos francos da reflexão althusseriana sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, e das primeiras aplicações desta reflexão no domínio da Análise do discurso na França”(PÊCHEUX, 2008, p.65).

Não obstante, é da Teoria Althusseriana sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado que o autor parte para formular a questão do sujeito e da ideologia.

Assim, diz Pêcheux (2014):

[...] o esboço (interno e incompleto) de uma teoria não-subjetivista da subjetividade que designa os processos de imposição/dissimulação que constituem o sujeito, “situando-o” (significando para ele o que ele é) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa “situação” (esse assujeitamento) pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito, de modo que o sujeito “funcione por si mesmo”, segundo a expressão de L. Althusser que, em *Aparelhos Ideológicos de Estado, apresentou os fundamentos reais* de uma teoria não-subjetiva do sujeito, como teoria das condições ideológicas da reprodução/ transformação das relações de produção: a relação entre *inconsciente*, (no sentido freudiano) e ideologia (no sentido marxista), que inevitavelmente ficaria misteriosa na pseudo-solução estruturalista do texto de Th. Herbert, *começa*, assim, a ser esclarecida, como vamos ver, pela tese fundamental segundo a qual *a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos*: “[...] o indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto [livremente] sua submissão...” (PÊCHEUX, 2014, p.123-124).

No entanto, Pêcheux (1997) avança ao considerar que:

[...] esta lei constitutiva da Ideologia nunca se realiza ‘em geral’, mas sempre através de um conjunto complexo determinado de formações ideológicas que desempenham no interior deste conjunto, em cada fase histórica da luta de classes, um papel necessariamente desigual na produção e na transformação das relações de produção (...). (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p.167).

Desta forma, vê-se na teoria Pecheuxtiana uma abertura que viabiliza o discurso sobre autonomia relativa do sujeito, que ocorre pelo acréscimo da palavra “transformação” na fórmula Althusseriana sobre a reprodução das relações de produção. Contudo, isso não trata, de maneira nenhuma, de negar o assujeitamento, mas de mostrar que existe a possibilidade da contra-identificação do sujeito.

A respeito do assujeitamento, Pêcheux (2014) afirma que ele se dá sob a evidência de que “eu sou realmente eu” (com meu nome minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas “ideias”, minhas intenções e meus compromissos), através do processo de interpelação-identificação que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio, sob diversas formas, impostas pelas “relações sociais, jurídico-ideológicas” (PÊCHEUX, 2014, p.145). O autor aponta que essas relações jurídico-ideológicas constituem uma nova forma de assujeitamento: a forma plenamente visível da autonomia. O sujeito de direito, livre e submisso, sujeito do capitalismo.

Orlandi (2013) mostra-nos que com a passagem da Idade Média para Idade Moderna:

[...] o sujeito teve de tornar-se seu próprio proprietário, dando surgimento ao sujeito de direito com sua vontade e responsabilidade. A subordinação explícita do homem ao discurso religioso dá lugar à subordinação, menos explícita, do homem às leis: com seus direitos e deveres. Daí a idéia de um sujeito livre em suas escolhas, o sujeito do capitalismo (ORLANDI, 2013, p.51).

Essa evidência é produzida pela ideologia, que mascara sob a forma de transparência da linguagem, o caráter material do sentido do discurso para os sujeitos. Dessa maneira, “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 2014, p.147).

Segundo Pêcheux (2014), o funcionamento da ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos e, especificamente, em sujeitos de seu discurso:

[...] se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas. Ao dizer que o EGO, isto é, o imaginário no sujeito (lá onde se constitui para o sujeito a relação imaginária com a realidade), não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao Outro, ou ao Sujeito, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito *sob a forma da autonomia*, não estamos pois fazendo nenhuma transcendência (um Outro ou um sujeito reais); estamos, simplesmente, retomando a designação que Lacan e Althusser – cada um a seu modo – deram (adotando deliberadamente as formas travestidas e fantasmagóricas inerentes à subjetividade) do processo natural e sócio-histórico pelo qual se constitui-reproduz o efeito sujeito como *interior* sem *exterior*, e *isso pela determinação do real (exterior)*, e especificamente- acrescentaremos – *do interdiscurso como real (exterior)*. (PÊCHEUX, 2014, p. 149-150).

Deste modo, o indivíduo é interpelado em sujeito pela identificação com uma formação discursiva dominante, já que o sujeito é sobredeterminado pelos pré-construídos. Esse fenômeno Pêcheux (2014) denomina efeito Münschausen⁵, que, de acordo com o autor, consiste na ilusão do sujeito de pensar-se como origem do discurso que enuncia.

Com isso, o autor deixa clara a necessidade de se investigar o papel da ideologia na constituição dos sujeitos e dos discursos. Pois, para ele:

Somos assim levados a examinar as propriedades discursivas da formas sujeito, do Ego imaginário “como sujeito do discurso”. Já observamos que o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na que ele é constituído como sujeito): essa identificação fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito.” (PÊCHEUX, 2014, p.150).

Como se pode ver, Pêcheux (2014) trata o esquecimento, não como algo que se perdeu, mas como algo que se encontra encoberto, como um processo no qual se inverte a determinação sob o idealismo da forma sujeito, que absorve o interdiscurso no intradiscurso. Assim, diz o autor sobre a forma sujeito: “*ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso *aparece* como o puro “já dito” do intra-discurso, no qual ele se articula por “co-referência” (2014, p.154).

Desta forma, para Pêcheux, a forma sujeito realiza a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade imaginária do sujeito, sua identidade. Contudo, é importante deixar claro o que significa as categorias teóricas intradiscurso e interdiscurso. E como elas são definidas na AD.

De acordo com Orlandi (2013), o intradiscurso é a materialidade discursiva, ou seja, a parte material do discurso, que pode estar composta por signos verbais ou não-verbais, como: uma carta, um panfleto, uma pintura, um *outdoor*, uma canção, entre outros. Enquanto que o interdiscurso é “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”, a memória discursiva. Sendo ele: “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a

⁵ Pêcheux faz referência à figura emblemática do Barão de Münschausen, personagem da cultura germânica que, para fugir de um pântano, no qual se afundava, conseguiu elevar-se pelos ares, puxando-se pelos próprios cabelos.

forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI 2013, p.31). Ou seja, o que foi dito em outro lugar, o eco de outros discursos. Por fim, para a autora, todo dizer se encontra na confluência de dois eixos: o da constituição (intradiscurso, memória, pré-construído, já-dito) e o da formulação (intradiscurso, atualidade, circunstâncias da enunciação, o aqui e agora do discurso).

Em Pêcheux (2014), vemos que o efeito de encadeamento do pré-construído e o efeito da articulação são determinados materialmente na estrutura do interdiscurso. Deste modo, é possível afirmar que é através do interdiscurso que a ideologia se manifesta, ou seja, nos dizeres que afetam o sujeito e no modo como o sujeito significa em dada situação.

Concluiremos esse ponto dizendo que o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e “fornece a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas - aceitas - experimentadas (PÊCHEUX, 2014, p. 149).

Assim, a tomada de posição do sujeito-falante não pode ser compreendida como um ato que se origina no próprio sujeito, mas como um efeito da determinação como discurso-transverso na forma-sujeito. Que tem sua origem na exterioridade e não na intersubjetividade falante.

Nessas condições, a tomada de posição resulta de um retorno do “Sujeito⁶” no sujeito, de modo que a não-coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele “toma consciência” e a propósito do que ele toma posição, é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pelo qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus “semelhantes” e com o “Sujeito”. O “desdobramento” do sujeito – como “tomada de consciência” de seus “objetos” – é uma reduplicação da identificação, precisamente na medida em que ele designa o engodo dessa impossível construção da exterioridade *no próprio interior do sujeito* (PÊCHEUX, 2014, p.160).

Deste modo, a formação discursiva é o espaço no qual se constitui a ilusão da intersubjetividade falante.

A esse respeito dizem Pêcheux e Fuchs (1997):

⁶A palavra Sujeito grafada com o S maiúsculo refere-se à articulação que Pêcheux realiza entre o Materialismo histórico e a Psicanálise, sob as bases da identificação entre o sujeito althusseriano e o Outro lacaniano, de que resulta a definição de forma-sujeito. Ver Pêcheux, 2014, p.124, 159-160.

Utilizando aqui a terminologia freudiana que distingue, por um lado, o pré-consciente-consciente e, por outro lado o inconsciente, não pretendemos de modo algum resolver a questão da relação entre ideologia, inconsciente e discursividade: queremos apenas caracterizar o fato de que uma formação discursiva é constituída-margeada pelo que lhe é exterior, logo por aquilo que aí é estritamente não formulável, já que a determina... (PÊCHEUX, 1997, p. 12)

O conceito de formação discursiva é definido por Pêcheux (2014) como aquilo que numa formação ideológica dada determina o que pode e deve ser dito; para o autor, “a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido (sua “matriz”, por assim dizer)” (PÊCHEUX, 2014, p. 148).

Sendo o discurso uma materialidade histórica determinada ideologicamente, as formações discursivas representam no discurso as formações ideológicas e se configuram como regionalizações do interdiscurso.

De acordo com a Análise do Discurso, as palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Este é o efeito da determinação do interdiscurso (memória) (ORLANDI, 2013, p.46). Assim, uma mesma palavra, na mesma língua, pode significar diferentemente, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que se diz em uma ou outra formação discursiva, cabendo ao analista explicitar os processos de identificação que se estabelecem nos enunciados.

Segundo Orlandi (2013), “a evidência do sentido - a que faz com que uma palavra designe uma coisa - apaga seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante” (ORLANDI, 2013, p.46). Enquanto que a evidência do sujeito é o mecanismo que apaga o fato de que o indivíduo é interpelado pela ideologia.

Por esse fato, é possível precisar que a identificação ou contra-identificação do sujeito com um dado discurso não se dá de maneira aleatória, tampouco ocorre por sua espontânea vontade, pois existem determinações sócio-históricas que o encaminham a determinados posicionamentos no discurso (posição-sujeito). Segundo a teoria do discurso, isso ocorre através do mecanismo ideológico que intervém com seu funcionamento imaginário na relação linguagem-sujeito-mundo. “Atravessado pela linguagem e pela história sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e sujeito à” (ORLANDI, 2013, p.49).

Nesse sentido, o esquecimento, aqui tomado enquanto categoria teórico-analítica, é elemento estruturante que, situado no nível do inconsciente, sob sua dupla forma, determina a posição do sujeito no discurso. “Os sujeitos “esquecem” que já foi dito - e este não é um esquecimento voluntário - para, ao se identificarem com o que dizem se constituírem em sujeitos” (ORLANDI, 2013, p.36).

O *esquecimento* tomado enquanto categoria teórica da Análise de discurso encontra seu fundamento na teoria psicanalítica, um dos pilares que deu suporte ao empreendimento de Michel Pêcheux: a criação de uma teoria de análise histórica dos processos semânticos, para a qual a Psicanálise Freud-lacanianana fornece os elementos que possibilitam refletir sobre o sujeito e a subjetividade.

Pêcheux (2014) designa duas formas de esquecimento no discurso. O esquecimento nº 1 e o nº 2, que diferem em seu modo de funcionamento, mas ao mesmo tempo se complementam. Segundo o autor, o esquecimento nº1:

dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o *esquecimento nº 1* remete, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que o exterior determina a formação discursiva em questão. (PÊCHEUX, 2014,p.162).

Orlandi (2013) define o esquecimento nº 1 como *esquecimento ideológico*; sendo ele da instância do inconsciente, reflete o modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Para a autora, é através desse mecanismo que o sujeito tem a ilusão de ser a origem de seu dizer.

Enquanto o esquecimento nº1 parte do sistema inconsciente, o esquecimento nº 2 deriva do sistema pré-consciente. De acordo com Pêcheux (2014), o esquecimento nº 2 “é o esquecimento pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nelas se encontram em relação de paráfrase” (PÊCHEUX, 2014, p. 161).

De acordo com Orlandi (2013), o esquecimento nº 2 produz a impressão da realidade do pensamento. A autora define esta impressão como ilusão referencial; e denomina o esquecimento nº 2 como *esquecimento enunciativo*.

Os esquecimentos se complementam no sentido de que ambos funcionam sob a presença do Outro. Nesse sentido, o recalque, que caracteriza o esquecimento nº1, que, por

sua vez, resulta na constituição do indivíduo em sujeito a partir do processo de interpelação-assujeitamento, regula a relação entre o dito e o não-dito no esquecimento nº2, a partir do qual se estrutura a sequência discursiva.

Por isso, diremos, junto com Orlandi (2013), que o esquecimento

é parte da constituição dos sujeito e dos sentidos. As ilusões não são “defeitos”, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos. Os sujeitos “esquecem” que já foi dito – e este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas mas, ao mesmo tempo, sempre outras.(ORLANDI, 2013,p.36).

Levando-se em consideração o que expomos até o momento, em relação à constituição dos sujeitos e dos sentidos, havemos de concordar, junto com Pêcheux (2008; 2014) e Orlandi (2013), que os sentidos não existem em si, mas são determinados sócio-historicamente.

A partir desse posicionamento teórico, iniciaremos uma discussão a respeito do papel da história na constituição dos sujeitos e dos sentidos, trazendo para o âmbito dessa discussão a categoria teórica da AD Condições de Produção (CP) e a contribuição do Materialismo histórico dialético para a constituição da Análise do Discurso.

2.3 Condições de produção e a contribuição do Materialismo histórico dialético

A relação entre o dizer e as condições de produção sustenta um dos pressupostos da Análise do Discurso, que afirma que os sentidos nunca são literais, mas, sim, móveis e diversos, uma vez que são determinados pelas relações sócio-históricas que, em movimento, dão à palavra sentidos possíveis.

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. (ORLANDI, 2013, p. 30).

Ou seja, uma forma linguística pode ser a mesma, mas, a depender das condições de produção, produzirá efeitos de sentidos diferentes, ou mesmo completamente antagônicos, uma vez que é possível dizer a mesma palavra (velhice, por exemplo) e produzir sentidos distintos; inversamente, é possível dizer palavras diferentes e produzir sentidos semelhantes. A língua entra nesse jogo complexo permitindo a materialização do discurso e se inscrevendo nas relações históricas. Assim, “na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2013, p. 15).

Segundo Pêcheux (2014), as Condições de produção compreendem as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção. Essas condições são de natureza contraditória e, de acordo com o filósofo, “são constituídas em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo *conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado* que essa formação social comporta” (PÊCHEUX, 2014, p.131).

Para Orlandi (2013), todo dizer se encontra na confluência de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E o modo como a memória aciona e faz valer as condições de produção é fundamental para a compreensibilidade do discurso.

Na Análise do discurso, consideram-se as condições de produção em sentido estrito e em sentido amplo. Definidos, respectivamente, como o contexto imediato *o aqui e agora* do discurso, as circunstâncias da enunciação. No caso, por exemplo, do discurso que nos propomos a analisar, temos as mídias digitais como espaço de produção dos discursos sobre Velhice, Consumo e Mercado de trabalho, ou seja, o contexto estrito. Em relação ao contexto amplo, devem-se considerar os sentidos que se historicizaram sobre a Velhice e o sujeito idoso em nossa sociedade, a formação social baseada no modo de produção capitalista, tendo em vista seus elementos infra e superestruturais, as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção, incluindo as determinações econômicas, que determinam em última instância essas relações, bem como seu caráter contraditório que se baseia no princípio da luta de classes. Pois, como diz Pêcheux (2014), “a luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto, o que na área da ideologia, significa que a luta de classes “passa por” aquilo que L. Althusser chamou os aparelhos ideológicos de Estado” (PÊCHEUX, 2014, p.130).

Desse modo, vemos que o Marxismo contribui com a AD com a teoria das formações sociais, incluindo a ideologia, que deriva do trabalho de Althusser sobre **Os Aparelhos Ideológicos do Estado**. Althusser, por sua vez, parte da obra de Marx para formular suas teses sobre a Ideologia.

Para Marx (2009), a produção de ideias, das representações está diretamente ligada à atividade material e ao intercâmbio entre os homens. De acordo com autor:

O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui ainda como direta exsudação do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis da moral, da religião da metafísica etc., de um povo. Os homens são os produtores das suas representações, ideias, etc., mas os homens reais, os homens que realizam, tal como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e pelas relações que a estas corresponde até as suas formações mais avançadas (MARX; ENGELS, 2009, p.31).

Tomando como base o Materialismo, Althusser diz ser através da Ideologia que homens representam sua relação com as condições reais de existência. A Ideologia consiste na representação da relação imaginária dos homens sobre suas condições reais de existência. Essa relação se transforma em prática e, por sua vez, reproduz as relações de produção vigentes. Portanto, assim como para Marx, para Althusser a Ideologia tem um caráter material, pois conforme o autor:

[...] o sujeito age enquanto é agido pelo seguinte sistema (enunciado na sua ordem de determinação real): ideologia existindo num aparelho ideológico material prescrevendo práticas materiais, reguladas por um ritual material, as quais (práticas) existem nos actos materiais de um sujeito agindo em consciência segundo a sua crença (ALTHUSSER, 1987, p.90).

A partir deste posicionamento, Althusser formula duas suas teses, tão caras a Análise do Discurso pècheutiana:

1. Só existe prática através e sob uma ideologia;
2. Só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos.

A primeira tese propõe que a Ideologia é omni-histórica, (a ideologia em sua forma geral, grafada com I maiúsculo), ou seja, a forma ideológica intermediária de todas as práticas sociais desde os primórdios da humanidade. Enquanto a segunda tese propõe que o funcionamento da ideologia depende da existência do sujeito; assim a existência do sujeito é condição necessária para materialização da ideologia em prática. Sendo o sujeito o agente das

práticas sociais, a materialidade da ideologia é praticada com frequência em locais específicos, a partir de atos específicos e sob uma ordem determinada. Com isso, está dado o caráter material empírico da ideologia, visto que sua existência material pode ser observada na práxis dos sujeitos no interior dos Aparelhos Ideológicos de Estado.

É precisamente deste ponto que Pêcheux parte para fixar o lugar da ideologia na Análise do Discurso, para a qual a ideologia também não se configura como um conjunto de ideias, mas como *práxis* social. No entanto, para Pêcheux, “os Aparelhos ideológicos de Estado não são a expressão da ideologia dominante, mas seu lugar e meio de realização”, visto que eles constituem o palco da dura e ininterrupta luta de classes (PÊCHEUX, 2014, p. 131).

Compreende-se, então, por que em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos Aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter “regional” e comportam posições de classe: os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a “maneira de se servir deles” – seu “sentido”, isto é sua orientação, ou seja, os interesse de classe aos quais eles servem –, o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classe (de luta de classes) na Ideologia. Isso equivale a dizer que não há, na luta ideológica (bem como nas outras formas da luta de classes), “posições de classe” que existam de modo abstrato e que sejam então aplicadas aos diferentes “objetos” ideológicos regionais da situação concretas, na escola, na Família, etc (PÊCHEUX, 2014, p. 132).

Nesta perspectiva, podemos então dizer, junto com Pêcheux, que a materialidade específica da ideologia é o discurso, e a materialidade específica do discurso é a língua, pois “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (PÊCHEUX apud ORLANDI, 2007, p.47).

Como se pode notar, a AD articula, de modo particular, conhecimentos do campo das Ciências Sociais e do domínio da Linguística, porém não trabalha a língua da mesma forma que esta última. Nem trabalha história e sociedade independentes do fato de que elas significam. Dessa forma, a AD se interessa pela língua em funcionamento para a produção de sentido. Logo, os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística (ORLANDI, 2007).

Essa discussão é imprescindível para a inteligibilidade da análise realizada, a qual será exposta mais adiante, pois na sociedade capitalista, a ideologia possui um papel fundamental no processo de cisão e oposição entre as forças materiais e espirituais do trabalho, ou seja, na divisão do trabalho abstrato em trabalho manual e intelectual. E isso se expressa como forma de dominação da classe burguesa sobre a classe operária.

Antes de chegarmos à análise do *corpus*, faz-se necessário discutir o que é trabalho, de acordo com a perspectiva teórica do materialismo histórico dialético, e como se dá sua divisão no capitalismo, já que entendemos que a categoria trabalho está dentro do conjunto das relações sociais, é nela que estão contidas todas as determinações que constituem o ser social, por isso a concebemos como fato sociológico fundamental.

Lukács (2013) considera o trabalho como categoria fundante do ser social. Por esse motivo, inicia a exposição de sua obra **Para uma ontologia do ser social II** com sua análise. E, mesmo salientando que qualquer estágio do ser social tem caráter de complexo e, por isso, só pode ser compreendido em sua constituição global, justifica seu percurso metodológico ao afirmar que todos os demais estágios do ser social são produto da autoatividade do Trabalho, pois este se encontra na gênese do afastamento da barreira natural, possuindo caráter central na mediação entre a vida orgânica e o mundo inorgânico.

Deste modo, segundo o autor (2013), as demais categorias/complexos que compõe a sociabilidade já possuem em essência um caráter social, tendo em vista a irreversibilidade do caráter histórico do ser social.

Por isso, Lukács (2013) recorre ao método marxiano das duas vias, a partir do qual se decompõe pela via analítico-abstrativa, para, posteriormente, retornar a estágios mais primitivos ou avançar rumo à totalidade. Ou seja, o método dialético, sob o qual se parte da lógica formal do objeto (sua forma de apresentação) e se aprofunda em sua essência para poder explicá-lo⁷. Assim, inicia sua análise pelo Trabalho, pelo fato de considerá-lo o fenômeno originário, o modelo do ser social. Já que, para o autor:

⁷ Neste trabalho, partimos da materialidade discursiva sobre Velhice e Consumo disseminadas na mídia (intradiscurso), para a partir da análise poder desvelar sua essência cuja base é sócio-histórica-ideológica. Essa base incide sobre o objeto (o discurso) como um movimento de retorno, que o atravessa e o faz funcionar (interdiscurso), ou seja, o faz produzir sentido.

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto de trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2013, p. 44).

Lukács (2013) afirma ser de Engels o mérito de colocar o Trabalho no centro da humanização do homem, dando-lhe razão ao fato de derivar do trabalho a sociabilidade e a linguagem. E suscita essa questão para tratar da diferença da divisão do trabalho no reino animal e na esfera social.

Segundo o filósofo as diferenças no reino animal são fixadas biologicamente. Dando como exemplo o “Estado das abelhas” (espécie notoriamente reconhecida por sua forma de organização), ele explica que trata de uma maneira particular de uma espécie adaptar-se ao meio ambiente, não havendo, pois, “nenhuma possibilidade imanente de desenvolvimento” (LUKÁCS, 2013, p.46). Ao contrário do que ocorre na sociedade humana, a qual cria suas próprias condições de produção cujas causas são sempre determinadas pela estrutura da respectiva sociedade. Isso implica dizer que essa forma de trabalho, que diz respeito unicamente ao homem, pressupõe um pôr teleológico, através do qual pode ocorrer o surgimento de uma nova objetividade.

Para atestar esse fato, Lukács (2013) utiliza o exemplo dado por Marx, no qual o autor discorre sobre a diferença que há entre o trabalho do pior arquiteto e da melhor abelha, que conclui ao afirmar que o que os diferencia “é o fato de o primeiro ter o resultado final do processo de trabalho em sua mente” (MARX apud LUKÁCS, 2013, p. 46), porém, não de forma idealista, no sentido kantiano⁸ ou hegeliano⁹, mas levando em consideração as determinações do elemento natural, as condições objetivas.

Pêcheux (2008) trata a questão da determinação em *Estrutura ou Acontecimento* quando diz que:

não é necessário ter uma intuição fenomenológica, uma pegada hermenêutica ou uma apreensão espontânea da essência do tifo para ser afetado por essa doença; é mesmo o contrário: há “coisas-a-saber” (conhecimentos a gerir e a transmitir socialmente), isto é, descrições, de

⁸ Relativo ao filósofo alemão Immanuel Kant ou à sua doutrina.

⁹ Corrente filosófica fundada por Georg Wilhelm Friedrich Hegel, um filósofo idealista, consciencialista. Corrente a qual Marx crítica, visto que se contrapõe aos fundamentos materialistas de sua teoria.

sintomas e de atos (a efetuar ou evitar) associados às ameaças multiformes de um real do qual “ninguém pode ignorar a lei” – porque esse real é impiedoso (PÊCHEUX, 2008, p.34).

O autor elucida essa questão na nota de rodapé de número 15 a partir de uma analogia que diz o seguinte: “uma vez posto fogo em uma granja, a propagação do incêndio depende da estrutura do amadeiramento e das aberturas, da natureza e da disposição dos materiais e dos objetos que ela contém, da direção do vento, etc e não da vontade expressa pelo incendiário (de suas imprecações, palavras de vingança, etc)” (PÊCHEUX, 2008, p. 63). Isso significar dizer que todas as ações dos homens e as relações entre os homens estão condicionadas as circunstâncias materiais objetivas.

Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito - mesmo que através de mediações às vezes muito complexas - sempre se realizam pores teleológicos, em última análise de ordem material (LUKÁCS, 2013, p.47).

Desta forma, o autor afirma que no trabalho se realiza o pôr teleológico em primeira instância, e, por isso, o trabalho pode servir de modelo para os outros poresocioteleológicos. No entanto, diz que sua generalização quase ilimitada se configura enquanto um problema ontológico, pois o tipo de por teleológico não foi entendido como algo limitado ao trabalho, tendo sido elevado à categoria cosmológica universal. “Dessa maneira surge em toda a história da filosofia uma contínua relação concorrencial, uma insolúvel antinomia, entre causalidade e teleologia”, afirma Lukács (2013, p. 48). Ou seja, como antítese entre o concreto e o ideal, ou entre o que é material e o que é espiritual, que, em termos marxianos, possuem uma intrínseca relação.

Assim em Lukács (2013), e também em Marx, a teleologia é reconhecida como categoria realmente operante. Apenas no trabalho, tem-se inevitavelmente uma coexistência concreta, real e necessária entre causalidade e teleologia. Sem dúvida, essas permanecem opostas, mas apenas no interior de um processo real unitário.

A coexistência ontológica entre teleologia e causalidade no comportamento laboral (prático) do homem, e só neste, tem por consequência, que, no plano do ser, teoria e *práxis*, dada a sua essência social, devem ser momentos de um único e idêntico complexo do ser, o ser social, o que quer dizer, que só podem ser compreendidas de modo adequado tomando como ponto de partida essa inter-relação. E exatamente aqui o trabalho pode servir como modelo plenamente esclarecedor (LUKÁCS, 2013, p. 90).

Para Marx (2004), o processo de trabalho deve ser considerado independentemente de qualquer forma social determinada, por isso é uma categoria universal. Segundo o autor:

[...]antes de tudo, o trabalho é um processo entre homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2004, p. 149).

Ao citar Marx, afirma Lukács (2013):

Com razão diz Marx: “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e a natureza e, por tanto da vida humana”. (MARX apud LUKÁCS, 2013, p. 44).

Nesse sentido, existe o reconhecimento do caráter fundante do trabalho para o ser social. Entretanto, essa concepção de trabalho, ainda que viabilize o estado de consciência necessário para o por teleológico, consiste basicamente na troca material entre o homem e a natureza. Desta forma, distingue-se da concepção de trabalho abstrato cunhada por Marx, a qual o autor imprime severas críticas. Ou seja, a forma de trabalho que produz a mais-valia, a forma alienada do trabalho.

Segundo Lessa (2012), “para Marx e Engels há uma clara distinção entre trabalho abstrato e trabalho: o primeiro é uma atividade social assalariada, alienada pelo capital. Corresponde à submissão dos homens ao mercado capitalista, forma social que nos transforma a todos em “coisas” (reificação) e articula nossas vidas pelo fetichismo da mercadoria” (LESSA, 2012, p.31).

O trabalho, pelo contrário, é a atividade de transformação da natureza pela qual o homem constrói concomitantemente a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe. É a categoria decisiva da autoconstrução humana, da elevação dos homens a níveis cada vez mais desenvolvidos de sociabilidade. Embora a palavra trabalho faça parte das duas categorias, isto não deve velar que há uma enorme distância a separar *trabalho* de *trabalho abstrato*.

Desta forma, a centralidade ontológica do trabalho é um dos fundamentos que possibilitou a Marx propor a superação da submissão do trabalho ao capital, pois a alienação produzida pela exploração do trabalho pelo capital constitui uma forma historicamente particular de exploração do homem pelo homem.

Ainda nas palavras de Lessa (2012):

Nada mais falso, portanto, que tomar um ‘trabalho’ pelo trabalho abstrato. O fato de termos apenas uma palavra para expressar os dois sentidos em que o trabalho comparece na reflexão marxiana (e, por tabela, lukácsiana), o fato de vivermos em uma quadra histórica de agudas transformações na forma imediata do trabalho abstrato, não devem nos conduzir à confusão - evitável se formos precisos no emprego das categorias teóricas - entre trabalho enquanto categoria fundante do mundo dos homens e trabalho abstrato, alienado pelo capital. (LESSA, 2012, p. 31).

A partir dessa afirmativa, podemos compreender que, na atualidade, o trabalho abstrato passa ser encarado como determinação central da vida humana, pois, ao passo que causa estranhamento entre o trabalhador e a sociedade ou deste consigo mesmo, através do processo de mecanização, faz com que o homem se encontre em suas necessidades básicas: comer, por exemplo, porque o trabalho produtor de valor de uso é condição de existência do homem independentemente de os produtos de seu trabalho se tornarem mercadorias.

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital. Esses trabalhadores, que são forçados a se vender diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer, por isso exposta a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as turbulências do mercado (MARX; ENGELS, 2008, p. 19).

Diz Marx, no início de *O Capital*, que a forma como os homens se organizam para produzir sua sobrevivência será mediada pelas trocas de produtos, para o filósofo:

a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção (MARX, 1985, p.45).

Nesse sentido, o autor revela o caráter universal da divisão do trabalho, ao mostrar que em outras épocas a diversidade do trabalho existiu sem necessariamente haver a produção de mercadorias. Assim o produto do trabalho em todas as épocas históricas foi objeto de uso, mas é no Capitalismo que o valor de uso se transforma em mercadoria.

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato (MARX, 1985, p.47).

A partir disso, vemos que a face abstrata do trabalho se constitui pela invenção do trabalhador coletivo, ao se impor um ritmo de produtividade que reduz a pó o sentido de autoria do trabalho, algo estranho ao trabalhador que se torna sujeito alienado de seu processo de trabalho, convertendo-se também em mercadoria, pois, segundo Marx e Engels (2008):

Com a expansão da maquinaria e da divisão do trabalho, o trabalho dos proletários perdeu toda a autonomia, e deixou, assim, de interessar ao trabalhador. Ele se torna um apêndice da máquina, dele se exige o trabalho manual mais simples, monótono e fácil de aprender. Os custos do trabalhador se resumem aos meios de subsistência de que necessita para se manter e se reproduzir. O preço de uma mercadoria, portanto também do trabalho, é igual aos seus custos de produção. Quanto mais adverso o trabalho, menor o salário. Mais ainda: na medida em que maquinaria e divisão do trabalho se expandem, aumenta a massa de trabalho, seja pelo aumento do tempo de trabalho, seja pela exigência de mais trabalho no mesmo intervalo de tempo, maior velocidade das máquinas etc. (MARX; ENGELS, 2008, p. 19-20).

A terminologia Trabalho Alienado/Estranhado surge no primeiro manuscrito da obra **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**, escrito por Karl Max em 1844, e consiste em uma das formas assumidas pelo trabalho abstrato. O autor utiliza esse termo, trazido da Economia Política, para explicar o processo que converte o trabalhador em mercadoria, no sistema de produção capitalista.

Marx (2004) explica que, ao executar a rotina do trabalho alienado, o ser humano vai se submetendo ao sistema de produção, sem desfrutar dos benefícios amplos da sua atividade.

Para o autor:

A alienação do trabalhador em seu produto não significa apenas que o trabalho dele se converte em objeto, assumindo uma existência externa, mas ainda que existe independentemente, fora dele mesmo, e a ele estranho, e que com ele se defronta como uma força autônoma. A vida que ele deu ao

objeto volta-se contra ele como uma força estranha e hostil. (MARX, 2004, p. 103).

Nessa perspectiva, a partir do processo de alienação do trabalho, o trabalhador se coisifica, tornando-se também mercadoria. Pois, aliena-se não somente do produto final de seu trabalho, mas também de si mesmo, já que não mais se reconhece na atividade que executa.

Para Marx e Engels (2009):

O poder social, isto é, a força de produção multiplicada que surge pela cooperação dos diferentes indivíduos requerida na divisão do trabalho, aparece a esses indivíduos – porque a própria cooperação não é voluntária, mas natural - não como o seu próprio poder unido, mas como uma força alienada que existe fora deles, a qual não sabe donde vem e a que se destina, que eles, portanto, não podem dominar e que, ao contrário, percorre uma série peculiar de fases e etapas de desenvolvimento independente da vontade e do esforço dos homens, e que até mesmo dirige essa vontade e esse esforço (MARX; ENGELS, 2009, p.49).

O não reconhecimento que acomete ao trabalhador, em sua atividade laborativa, é denominado na teoria marxiana de Estranhamento, este fenômeno que externa a contradição estabelecida pelo modo de produção capitalista, tem como consequência o antagonismo entre as classes visto que “o proletariado é obrigado a supressumir a si mesmo e com isso à sua antítese condicionante, aquela que o transforma em proletariado: a propriedade privada” (MARX; ENGELS, 2011, p. 48). Desse modo, Marx e Engels descrevem o estranhamento como um fenômeno universal, que submete a si a burguesia e o proletariado. Dessa forma:

A classe possuinte e a classe do proletariado representam a mesma autoalienação humana. Mas a primeira das classes se sente bem e aprovada nessa autoalienação, sabe que a alienação é seu próprio poder e nela possui a aparência de uma existência humana; a segunda, por sua vez, sente-se aniquilada nessa alienação, vislumbra nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana (MARX; ENGELS, 2011, p. 48).

Assim, na sociedade capitalista cuja produção se baseia na generalização da produção de mercadoria, os distintos processos de trabalho representam, conforme Marx (1985), “elos autônomos de trabalhos da divisão social do trabalho”. Essa divisão social do trabalho inicia-se no período manufatureiro e ganha força com a grande indústria, baseada na maquinaria, que consolida a dominação do capital sobre o trabalhador e sobre a produção. Esse processo divide o trabalho entre forças intelectuais e trabalho manual.

Para Marx (1985):

[...] a luta entre capitalista e assalariado começa com própria relação – capital. Ela se agita por todo o período manufatureiro. Mas só a partir da introdução da maquinaria é que o trabalhador combate o próprio meio de trabalho, a forma de existência material do capital. Revolta-se contra essa forma determinada do meio de produção como base material do modo capitalista de produção (MARX, 1985, p. 46).

O autor observa que a maquinaria cristalizou uma forma de organização da produção baseada na dissociação das forças intelectuais do processo material de produção. O que desfaz a unidade do processo de trabalho em sentido universal¹⁰. Assim, na sociedade do capital, trabalho manual e trabalho intelectual “se opõem como inimigos” (MARX, 1985, p. 149).

O trabalho manual é desenvolvido pela grande massa de trabalhadores que executa o trabalho ao transformar a natureza, os chamados operários; já o trabalho intelectual é desenvolvido por uma pequena parcela de trabalhadores técnico-científicos que organizam e planificam o processo de trabalho. Esses, por sua vez, atuam como agentes que perpetuam a hierarquização do processo de trabalho no sistema capitalista. Visto que as ciências e as técnicas não são ideologicamente neutras, eles, no interior de sua função técnico-científica reproduzem as formas de dominação do capital sobre o trabalho. Ambas as formas de trabalho são específicas do modo capitalista de produção. E essa divisão social do trabalho se traduz como expressão da relação antagônica entre as classes sociais. Isso porque, conforme Marx (2009):

Com a divisão do trabalho está dada a possibilidade, mais, a realidade de a atividade espiritual e atividade material, a fruição e o trabalho, a produção e o consumo caberem a indivíduos diferentes; e a possibilidade de não caírem em contradição reside apenas na superação da divisão do trabalho (MARX; ENGELS, 2009, p.46).

As consequências da divisão social do trabalho se traduzem na propriedade privada, no Estado e na alienação da atividade social; nela se encontram fundadas todas as contradições, a oposição, a repartição e a desigualdade entre os indivíduos, assim como, o interesse individual e o comunitário. Esse último assume uma forma de organização: o Estado, uma organização autônoma cuja função é o ordenamento da sociedade, mas que, no entanto, funciona de maneira ilusória, visto que se separa dos interesses reais dos indivíduos, e que, por isso, não é capaz de sanar a cisão entre os interesses particulares e o comum cujo

¹⁰ Unidade ontológica, relação intrínseca entre cabeça e mão no processo de trabalho. Ver Marx (1985).

fundamento se encontra na divisão do trabalho, a partir da qual a atividade laboral do homem foi dividida de modo natural e não voluntário, tornando-se um poder alienado que o subjuga e lhe impõe um papel social. Por isso, o

Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida pública e privada, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder. Mais ainda: frente à consequências que brotam da natureza antissocial dessa vida civil, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, frente as essas consequências, a impotência é a lei natural da administração (MARX, 2010, p.60).

O processo que acabamos de descrever culmina na fixação da atividade social que determina os papéis de cada indivíduo¹¹ na sociedade, através da dependência multifacetada que deriva da forma natural de cooperação dos indivíduos entre si.

Refletir sobre a categoria trabalho se torna importante para nossa discussão justamente pelo fato de o trabalho se caracterizar enquanto um processo no qual o homem constrói e se constitui historicamente como ser social, ou seja, uma atividade universal, exclusivamente humana, que objetiva determinada finalidade e cujas determinações se relacionam com o processo de desenvolvimento da divisão social do trabalho, que, segundo Marx (1985, p. 282), “seja ela ou não mediada pelo intercâmbio de mercadoria, existe nas mais diferentes formações sócio-históricas”, e, por esse motivo é inerente a nossa proposta de análise. Visto que estamos considerando que o discurso sobre Velhice, Consumo e Mercado de trabalho é oriundo de uma sociedade classista e socialmente desigual, na qual a divisão do trabalho se revela como forma de propriedade de conteúdo social privado.

Com isso, partiremos para a próxima seção na qual falaremos do trabalho ideológico da mídia na construção de sentidos sobre a Velhice, ressaltando que a relação entre o dizer e as condições de produção sustenta o pressuposto da Análise do Discurso, que afirma que os sentidos nunca são literais, mas, sim, móveis e diversos, uma vez que são determinados pelas relações sócio-históricas que, em movimento, dão à palavra sentidos possíveis. A língua entra nesse jogo complexo permitindo a materialização do discurso e se inscrevendo nas relações históricas. Conforme Orlandi (2013), “na análise de discurso, procura-se compreender a

¹¹ Utilizamos a terminologia *indivíduo* para manter a fidelidade aos textos marxianos.

língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI2013, p.15).

É a partir desse posicionamento teórico que desenvolvemos nossa reflexão a respeito dos efeitos sentidos produzidos pela imbricação do discurso sobre Velhice, Consumo e Mercado de trabalho, sobretudo, levando em consideração as determinações históricas e ideológicas que perfazem os dizeres da imprensa cuja temática é a Velhice em seus trajetos sociais de sentidos.

3 A ATUAÇÃO DA MÍDIA NA CONSTITUIÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS DISCURSOS SOBRE VELHICE, COMSUMO E MERCADO DE TRABALHO.

Após o término da primeira década do século XXI, foi possível observar mudanças nas “leis” que regem o mercado de trabalho. O capital intelectual¹² e a experiência que não garantiam a contratação e permanência do velho/idoso nesse campo social, hoje são suscitados de forma bastante recorrente em muitos discursos que se encontram em circulação, sobretudo, no espaço midiático.

A veiculação desses discursos promove um deslocamento na representação do sujeito velho/idoso sob o ponto de vista do imaginário social sobre a velhice, instaurando, assim, uma nova forma de significá-la em nossa sociedade.

Diversas estatísticas e trabalhos acadêmicos apresentam e discutem as dificuldades ou impossibilidades enfrentadas pelos sujeitos idosos em busca de uma nova ocupação profissional. Dados revelam que na faixa etária acima dos 50 anos, a taxa de emprego cai drasticamente. Mas, a partir de 2010, mais acentuadamente, houve uma significativa mudança nesse cenário, pois neste período foi possível constatar a crescente demanda de contratos de trabalhadores idosos nos mais diversos seguimentos da economia. O que se configura enquanto um acontecimento na esfera econômica do país.

(Sequência Discursiva 1)

APOSENTADORIA TARDIA
Índice de idosos que trabalham no Brasil atinge 27%, diz IBGE
Tempo médio semanal no ofício verificado foi de 34,7 horas
(Gauchazh geral, Nov/2013)

¹²Capital Intelectual é um termo utilizado na linguagem empresarial, refere-se ao conjunto das habilidades das pessoas em agir em determinadas situações e, é avaliado a partir de fatores educacionais, experiências, valores e competências. Thomas Stewart (1998) divide o Capital intelectual em Capital humano, Capital estrutural e Capital de Cliente. Segundo o autor, o Capital humano (o que nos interessa nesse contexto) é constituído das pessoas cujo talento e experiência cria os produtos e serviços, que são o motivo pelo qual os clientes procuram a empresa e não o concorrente. O aproveitamento do potencial humano, considerado a partir do capital intelectual do trabalhador é algo bastante difundido na atualidade, estando ele relacionado às relações de mercado que comportam a base de nossa sociedade.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 35% dos idosos brasileiros, ou seja, 4,5 milhões e meio de pessoas acima dos 60 anos continuavam trabalhando mesmo aposentadas, conforme o censo demográfico de 2010. Em 2015, esse percentual subiu para 52,3%, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), desenvolvida pela Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE, a qual foi publicada no ano de 2016. Ainda de acordo com a pesquisa, a participação dos idosos no mercado de trabalho representou, nesse período, a maior alta entre todas as faixas etárias.

Os dados mostrados acima, se analisados isoladamente, levariam a considerar que a sociedade brasileira tem dado saltos qualitativos no que diz respeito à valorização do sujeito idoso, pois segundo muitos especialistas que tratam do fenômeno da velhice, o trabalho é considerado como algo de suma importância para a melhoria da qualidade de vida desse grupo social. No entanto, cabe questionar: Que tipo de trabalho? De que idoso se está falando?

Partindo da objetividade posta, falaremos do lugar teórico da Análise do discurso na perspectiva ontológica do materialismo histórico dialético para analisar e compreender os efeitos de sentidos produzidos a partir do entrecruzamento de discursos sobre a Velhice e o Mercado de trabalho e a relação que se estabelece entre estes e as práticas de Consumo vigentes. Bem como, o papel da Mídia na produção e circulação de tais discursos.

3.1 A mídia

Observamos que em meio à realidade descrita acima, a mídia, enquanto uma instituição solidificada,¹³ possui um papel fundamental na produção de sentidos sobre o sujeito velho/idoso. Visto que o lugar que ela ocupa é um lugar de poder e autoridade que legitima e certifica um efeito ilusório de estabilidade e exatidão dos fatos. Segundo Magalhães (2007), o lócus fundamental de tentativa de homogeneização dos sujeitos, o que constitui um dos objetivos da ideologia dominante. Assim:

A mídia é um grande evento discursivo do modo de circulação da linguagem. Enquanto tal, ela é um acontecimento de linguagem que impõe sua forma de gerenciamento dos gestos de interpretação, sempre na distinção do que se deve apreender como sentido unívoco (literal) e o que admite plurivocidade interpretativa. Com a mídia há uma organização do trabalho intelectual e uma nova visão do trabalho da leitura. (ORLANDI, 1996, p.96)

¹³Ver em Magalhães, (2014).

É notório que o advento da internet produziu mudanças significativas no modo de sociabilidade dos sujeitos, na forma de consumir os produtos do trabalho humano, nos processos de identificação e no aceleração dos processos que coloca ao alcance das massas os objetos ideológicos produzidos, sobretudo em sua superestrutura.

Outrora, o intercâmbio entre os sujeitos havia se desenvolvido através da expansão do comércio para além dos arredores das cidades, conforme Marx (2009), no entanto, se limitava a uma classe social específica, a burguesia que, à época, estava em ascendência. Atualmente, ele ocorre em escala mundial e atinge a todas as classes e, ainda que a haja heterogeneidade na recepção e produção de conteúdo e produtos sociais e, por conseguinte um distanciamento material entre as classes, concomitantemente, se verifica uma aproximação simbólica propiciada pelo processo de homogeneidade ao qual se encontram submetidos os sujeitos participes dessa nova forma de intercâmbio, que surge com a internet.

Para Santaella (2005), a internet funciona como se uma teia na forma do globo envolvesse a terra inteira, sem bordas nem centros. Segundo a autora, cada vez mais, os recursos tecnológicos se hibridizam, transformando as mídias locativas em um campo múltiplo, disponível em muitas versões, dependendo do modo como são operadas e dos usos que lhes são agregados (SANTAELLA, 2004).

Por consequência, a internet funciona como um sistema de informação integrado através do qual é possível interagir com os mais diversos veículos de informação, dentre eles as mídias jornalísticas¹⁴. E nesse sentido, ela se constitui como a mídia das mídias.

Não é possível pensar o sujeito fora de seu tempo, isto é, sem relacionar sua construção identitária com a sociedade da qual ele emana, visto que

a subjetividade - no que ela se mostra, no que se esconde, no que é repetição ou equívoco, no que se marca como diferença, no que se inscreve enquanto homogeneidade - resulta do acontecimento da linguagem no sujeito. Um acontecimento que tanto possibilita a singularização da diferença quanto a regulação do sujeito relativamente a uma universal adaptação do sujeito à ordem cultural e social através do mesmo simbólico que o constituiu (MAGALHÃES; MARIANI, 2010, p. 396).

¹⁴ *Locus* do ciberespaço ao qual também recorremos para constituição de nosso corpus.

Desse modo, a interação com esses espaços possibilita aos sujeitos fazer escolhas (ainda que determinadas) que constituirá sua identidade a partir de seu contato com as práticas de linguagem e objetos simbólicos por elas disseminados, pois “o processo de autoconstrução do ser social implica a possibilidade da liberdade de escolha, mesmo que circunscritas às alternativas da objetividade” (MAGALHÃES, 2007, p. 18).

Ao tratar do processo identificação e desidentificação do sujeito com um determinado discurso, diz Cavalcante (2014):

É o próprio Marx (2001) quem afirma que a cada tempo e espaço social cabe uma individualidade que reage às determinações, a partir das possibilidades da própria objetividade. Reagindo a alternativas colocadas pela realidade objetiva, o sujeito o faz aceitando-as, delas discordando, modificando-as, retendo certos elementos nelas existentes (CAVALCANTE 2014, p.78).

Para Magalhães (2007, p. 51), “é nesse espaço de escolhas que a subjetividade exerce a capacidade de produzir o novo em todas as práticas humanas, inclusive a discursiva”. Desse modo, entendemos que as novas formas de sociabilidade possibilitadas pelo advento da internet e universalização do aparelho midiático (tendo em vista seu efeito ideológico) corroboraram para o engendramento de uma nova forma de significar a Velhice. Não obstante, destacamos que esse “novo” processo de significação silencia fatores que são decisivos para sua constituição, estes fatores, provenientes das novas demandas sociais, se encontram imbricados na contradição estabelecida pela luta de classes.

3.2 A Velhice

A depreciação da velhice na sociedade ocidental, localizada historicamente nas mudanças sociais e econômicas ocorridas a partir do século XVIII, decorreu principalmente dos novos modos de produção, que interferiram significativamente nos espaços sociais.

Antunes (1999) aponta que esse movimento de mudanças em relação às coisas (mercadorias) reflete a alta competitividade da sociedade capitalista. Segundo o autor:

Um equipamento se torna ‘obsoleto’ em pouquíssimo tempo, pois a utilização de novos sistemas passa a ser incompatível com as máquinas que se tornam ‘velhas’, ainda que em boas condições de uso, tanto para o consumidor individual, quanto para as empresas que precisam acompanhar a competição existente em seu setor (ANTUNES, 1999, p. 26).

Conforme Marx (1985, p. 273), o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva do trabalho possibilitou ao capitalista colocar em ação, “com o mesmo dispêndio de capital variável”, mais trabalho através da exploração das forças de trabalho individuais.

Dentro desse contexto, o autor acrescenta que, os detentores do poder econômico compram uma maior quantidade de força de trabalho ao deslocar “força de trabalho mais qualificada por menos qualificada, madura por imatura, masculina por feminina, adulta por adolescente ou infantil” (MARX, 1985, p.274). E isso se evidencia como mais uma consequência da expansão da maquinaria e da divisão do trabalho, que transforma o trabalhador em mero apêndice da máquina. Assim, seu custo se resume ao meio de subsistência para que se mantenha produtivo.

Quanto menos destreza e força exige o trabalho manual, isto é, quanto mais a indústria moderna se desenvolve, tanto mais o trabalho dos homens é substituído pelos das mulheres e crianças. Diferenças de sexo ou de idade não têm mais qualquer relevância para a classe trabalhadora. Só há instrumentos de trabalho, cujo preço varia conforme a idade e o sexo (MARX; ENGELS, 2008, p. 21).

Essa nova forma de organização do trabalho e da produção dá origem ao desemprego estrutural e, com ele, o surgimento do exército industrial de reserva¹⁵, que garantem o processo de acumulação do capital. Pois, conforme os autores:

A indústria moderna transformou a oficina do mestre patriarcal na grande fábrica do capitalista industrial. Massas de trabalhadores, concentradas na fábrica, são organizadas militarmente. Eles são colocados como soldados rasos sob a supervisão de uma hierarquia inteira de suboficiais e oficiais. Não são apenas serviçais da classe burguesa, do Estado burguês; são oprimidos todos os dias e horas pela máquina, pelo supervisor e, sobretudo, pelos próprios donos das fábricas. Tal despotismo é tanto mais mesquinho, odioso, exasperante, quanto mais abertamente proclama ter no lucro o seu objetivo exclusivo (MARX; ENGELS, 2008, p. 21).

Dirceu Magalhães (1990) trata dessa questão em seus estudos sobre o envelhecimento e, considera que a classe operária sofre pelas condições de trabalho, pelos baixos salários, pela baixa qualificação. Para o autor:

¹⁵ Termo desenvolvido por Marx, refere-se à força de trabalho que excede as necessidades da produção. O autor trata da questão em *O Capital* (1867), livro no qual desenvolve uma análise sobre o capitalismo.

Os integrantes da classe operária sofrem, em consequência, os efeitos cruéis da economia, da velhice marginalizada, assim como os efeitos da frustração decorrentes da impossibilidade de integrar-se na economia consumidora. Se são pouco ou nada produtivos e se não são produtores, são pequenos consumidores ou não são consumidores. Do ponto de vista da família são sem dúvida relegados ao plano secundário ou pressionados a buscar soluções institucionais e de asilamento, na medida em que a maior parte das famílias têm pouca ou nenhuma condição de abrigá-los e prestar-lhes assistência (MAGALHÃES, 1990, p.28).

De acordo com Beauvoir (1990, p. 106), “a velhice inicia com a degradação da pessoa que trabalha, pois o trabalhador é afastado de sua atividade e da sociabilidade sob o estigma de inútil e sem serventia”.

Em conformidade com esse pensamento, Silva Sobrinho (2007) diz que o asilo se apresenta contraditoriamente como o lugar onde se acolhe o abandonado (o excluído) e, ao mesmo tempo, como cativeiro/prisão do “velho” (não pode sair), ou seja, o cárcere que aprisiona aquele que é excluído de uma sociedade baseada na produção e no consumo de mercadorias, que cultua a jovialidade e a força física. “O asilo é o cativeiro daquele que cometeu o “delito” de não mais produzir” (SILVA SOBRINHO, 2007, p.103).

Inserida no grupo da superpopulação relativa, isto é, entre os trabalhadores desocupados parcial ou inteiramente, a camada mais velha da sociedade é formada por indivíduos que “ultrapassam a idade normal de um trabalhador”, segundo Marx (1985), aqueles que sucumbem ante uma imobilidade causada pela divisão do trabalho. “O consumo da força de trabalho pelo capital é [...] tão rápido que o trabalhador de mediana idade, na maioria dos casos, já está mais ou menos esgotado. Ele cai nas fileiras dos excedentes ou passa de um escalão mais alto para um mais baixo”, complementa (MARX, 1985, p.271).

A inserção e a valorização do indivíduo na sociedade passam a se dar pela força de trabalho, e o velho, ao não trabalhar, passa a ser desvalorizado, por ser considerado improdutivo, sendo a aposentadoria a marca dessa passagem.

De acordo com Beauvoir (1990):

No mundo capitalista, o interesse a longo prazo não conta mais: os privilegiados que decidem o destino da massa não temem partilhá-lo. Quanto aos sentimentos humanitários, a despeito das tagarelices hipócritas, eles não intervêm. A economia é baseada no lucro; é a este, na prática, a que toda civilização está subordinada: o material humano só interessa enquanto produz. Depois, é jogado fora (BEAUVOIR, 1990 ,p. 13).

Desta forma, o cidadão da sociedade capitalista-burguesa, só pode ser considerado como tal, mediante uma posição-sujeito que reproduza o modo de produção capitalista. Tendo em vista que o principal objetivo desta é o lucro, em seu âmbito, só é aceito o sujeito que assume a postura de produtor de mais valia. Segundo essa lógica o velho/idoso que se aposenta perde o status de cidadão¹⁶.

Tfouni (2003, p. 86) fala sobre a modernidade para pontuar historicamente o surgimento do capitalismo, que ocorreu na passagem da Idade Média para a Idade Moderna. Segundo o autor, a modernidade “desde 1500 até hoje foi um lento processo de aceleração, onde o novo passou a ser mais interessante que o antigo [...]”. Para ele, “no continente americano, que só viveu a modernidade (foi colonizado com o fim do feudalismo) predomina uma cultura do novo”, com isso, o autor afirma que o capitalismo “consiste numa formação social onde vigora a fetichização da mercadoria” (TFOUNI, 2003, p. 86)

Segundo Pacheco (2005):

Mediante o advento da modernidade, a degradação social da velhice começou a ser gradualmente engendrada, constituindo uma ideologia capaz de dar suporte à eficácia e à segurança da sociedade moderna que valoriza o novo, o ágil, o habilitado a produzir e a consumir, envelhecimento passou a ser associado às perdas de habilidades, à diminuição da força física e da capacidade de manter-se ativo (PACHECO, 2005, p.65).

Em meio a esse conflito a aposentadoria é utilizada como um demarcador da velhice e, conseqüentemente, a pessoa idosa nessa condição é depreciada e desvalorizada, perdendo seu status na sociedade.

Contudo, nos últimos anos têm ocorrido várias transformações no plano político, econômico, social e cultural em decorrência do processo de aceleração do envelhecimento da população, culminando no surgimento de novas formas de sociabilidade e, por conseguinte, no desenvolvimento de uma nova representação do processo de envelhecimento.

Na passagem do século XX ao século XXI, em especial entre os anos de 1990 a 2010¹⁷, foi possível observar enunciados sobre o velho/idoso nos quais se destaca a primazia da categoria Terceira idade em detrimento de Velhice, entre outras práticas discursivas

¹⁶ Esses dados são provenientes da pesquisa que realizamos no projeto PIBIC entre os anos 2012-2014.

¹⁷ No Brasil, segundo os dados colhidos pelo IBGE, em 2010, 10,8 %3 da população (20,5 milhões) possuía mais de 60 anos. (IBGE, 2010).

contraditórias cujo intuito é homogeneizar a Velhice, a partir de discursos que tentam estabelecer um novo gesto de interpretação entre esta fase da vida humana e a forma de sociabilidade do mundo do trabalho, disseminadas, sobretudo, através da mídia. Concomitantemente, é nesse período que se verifica um crescente número de pesquisas sobre o envelhecimento populacional desenvolvidas, por exemplo, pelo Centro de Gerontologia da PUC-SP e o NEPE (Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento), além de outras instituições governamentais e não governamentais.

Esse gerenciamento de sentidos não se dá de modo aleatório, ao contrário, o aumento da expectativa vida no Brasil fez com que vários setores da sociedade volvessem os olhares para a questão da aposentaria e pusessem em debate o suposto déficit da previdência social. O que ganhou a contribuição da mídia, com destaque para mídia jornalística e os sites de fundo governamental. Como ilustram as sequências abaixo:

(Sequência discursiva 2)

O déficit da Previdência Social atingiu no fim do ano passado R\$ 42,3 bilhões, alta de 9% em relação a dezembro de 2011,
Renúncia à aposentadoria pode ser opção para até 703 mil beneficiários do INSS
(Brasil econômico, ago/2013)

(Sequência discursiva 3)

Aumento na expectativa de vida do brasileiro preocupa Previdência
(Brasil econômico, ago/2013)

(Sequência discursiva 4)

Governo muda lei para fechar contas da Previdência Social
(Veja, Dez/2014)

De acordo com Orlandi (2013), o discurso, por princípio, não se fecha. “É um processo em curso. Ele não é um conjunto de textos, mas uma prática. É nesse sentido que consideramos o discurso no conjunto das práticas que constituem a sociedade na história, com a diferença de que a prática discursiva se especifica por ser uma prática simbólica” (ORLANDI, 2013 p 41). Assim a importância da atividade do trabalho e do Consumo na Velhice e os benefícios que essas atividades podem trazer para a sociedade capitalista promovem um deslocamento discursivo para o sujeito velho/idoso, que sai da condição de

inútil e torna-se um sujeito que trabalha e, principalmente que consome. Logo, um cidadão. Como se pode observar nos títulos e respectivos subtítulos de matérias publicadas pela revista *Veja* no ano de 2007 e no título de um anúncio recortado de um site de “soluções” residenciais e domiciliárias para a terceira idade que circulou na internet entre os anos de 2013 e 2014.

(Sequência discursiva 5)

DE PRATA E DE OURO

Independente, saudável e dona de 70% da riqueza do Japão¹⁸, a geração acima de 60 anos viaja, consome, disputa as atenções do mercado – e, ainda assim gostaria de voltar a trabalhar.

(*Veja*, dez/2007)

(Sequência discursiva 6)

SOB UM CHAPÉU DE PANO

Sempre há um idoso viajando para algum lugar: os “cidadãos de prata” são o principal público do mercado de turismo.”

(*Veja*, dez/2007)

(Sequência discursiva 7)

VELHICE COM LUXO

Residências assistidas garantem velhice de luxo

(JM Residenciais e serviços, 2013-2014)

¹⁸ Embora nessa sequência discursiva se esteja tratando da realidade social de outro país (Japão), levamos em conta, para sua exposição nesse trabalho, o fato de que esse discurso foi veiculado pela *Veja*, revista de grande circulação no território brasileiro, em seus formatos impresso e digital. A isso agregamos o fato da universalização das mídias no ciberespaço, questão que pontuamos acima. Com isso, tendo em vista que as materialidades discursivas estão sempre implicadas em rituais ideológicos, consideramos que a veiculação de tal discurso no espaço aqui mencionado não se dá modo aleatório, mas constitui uma estratégia discursiva que visa à identificação e reprodução desse discurso pelos sujeitos e sua disseminação nas práticas cotidianas em nossa sociedade. Além disso, de acordo com Marx (2009) o advento da indústria criou por toda a parte as mesmas relações entre as classes da sociedade e aniquilou a particularidade das nacionalidades e, que, por fim, criou uma classe que em todas as nações tem o mesmo interesse.

É justamente a partir da evidencia de sentidos, que dizem o velho/idoso como consumidor que nos dispusemos a analisar seus efeitos para esses sujeitos. No intuito de desvelar seu processo de produção e sua forma de representação sob a égide do imaginário social. Pois partimos do princípio de que a “linguagem não é transparente, os sentidos não são conteúdos. É no corpo a corpo com a linguagem que o sujeito (se) diz. E o faz não ficando apenas nas evidências produzidas pela ideologia” (ORLANDI, 2013, p.54).

Assim, para Pêcheux (2014), o caráter comum das estruturas-funcionamentos designados, respectivamente, como *ideologia* e *inconsciente* é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, devendo entender-se esse último adjetivo não como “que afetam o sujeito” mas “nas quais se constitui o sujeito”(PÊCHEUX, 2014, p. 139).

O que estamos querendo dizer com isso, é que o deslocamento de sentido que se observa no discurso sobre a Velhice, produzido no ambiente midiático, se configura como uma estratégia discursiva que tende a pesar na decisão (consciente-inconsciente) do sujeito/velho idoso. Visto que o imaginário se estrutura a partir do entrecruzamento do inconsciente com a ideologia.

Desse modo, a decisão a qual nos referimos se relaciona a tomada de posição do sujeito frente aos discursos que induzem novas formas de significação sobre a Velhice. Estamos pensando, neste momento, na ideologia como práxis. Levando-se em conta os processos identificação-desidentificação dos sujeitos. Essa questão é importante porque permite abordar os sujeitos históricos inseridos em práticas materiais que constituem sua subjetividade e que, concomitantemente, constituem a própria objetividade.

Ao discutir sobre a objetividade em Marx, Magalhães (2014) observa que a grande marca do pensamento deste teórico é a conversão da subjetividade em objetividade. “Não há nenhuma autonomia plena da subjetividade, que é determinada pelas relações sociais e que escolhe as alternativas apresentadas pelo seu tempo histórico. Por mais individuais que pareçam as escolhas do sujeito, elas são sociais”, aponta Magalhães (2014, p.14-15).

Partindo dessa perspectiva, Magalhães (2014, p.13) afirma que “o discurso é a objetividade feita de subjetividade, através de um pôr social feito de linguagem”. Nesse

sentido, o discurso está sempre imbricado com os interesses e posições de classes em que os interesses em jogo atravessam e regem os ditos e os silenciamentos.

Para Gregolin (2007):

[...] o trabalho discursivo de produção de identidades desenvolvido pela mídia cumpre funções sociais basicamente tradicionalmente desempenhadas pelos mitos – a reprodução de imagens culturais, a generalização e a integração social dos indivíduos. Essas funções são asseguradas pela ampla oferta de modelos difundidos e impostos socialmente por processos de imitação e formas ritualizadas. Esses modelos de identidades são socialmente úteis, pois estabelecem paradigmas, estereótipos, maneiras de agir e pensar que simbolicamente inserem os sujeitos na “comunidade imaginada”. A sofisticação técnica produz uma verdadeira saturação identitária pela circulação incessante de imagens que têm o objetivo de generalizar os modelos. A profusão dessas imagens age como um dispositivo de etiquetagem e de disciplinamento do corpo social (GREGOLIN, 2007 p.17-18).

Portanto, as práticas discursivas em circulação na mídia, não se manifestam de forma aleatória, elas surgem a partir de um pôr teleológico¹⁹ que se encontra sob a regência da ideologia da classe dominante. Desta forma, ressaltamos que o discurso está sempre imbricado com os interesses e posições de classes.

Para finalizar este tópico, diremos que as práticas discursivas em circulação na mídia, não se manifestam de modo aleatório, elas surgem a partir de um pôr teleológico²⁰ que se encontra sob a regência da ideologia da classe dominante cujas premissas são a produtividade e o consumo, do qual falaremos no próximo tópico desta seção.

2.3 O Consumo

Em virtude do que acabamos de expor, consideramos necessário e imprescindível para nosso trabalho desenvolver uma breve reflexão sobre o Consumo e sobre as práticas de linguagem dele resultantes. Levando em consideração os efeitos de sentidos que elas produzem quando articuladas aos sentidos de Velhice e Mercado de trabalho. Pois

falar implica incluir o lugar de onde se fala e a fala do Outro – lugar do simbólico –, mesmo que isso não seja transparente para o sujeito. Falando, o sujeito não está em simbiose com o mundo. Ao entrar na linguagem e ao

¹⁹Nesse caso, nos referimos a uma teleologia secundária. Ver em Lukács, 2003.

estabelecer uma distância entre as palavras e as coisas, distância necessária para constituição da subjetividade, o sujeito se vê submetido ao funcionamento de uma estrutura linguística, ou seja, encontra-se submetido a uma estrutura de linguagem, por um lado, e a sentidos já constituídos na historicidade e na memória, por outro (MAGALHÃES; MARIANI, p. 393, 2010)

Para Marx e Engels (2009), aquilo que os indivíduos são coincide com sua produção, com o que produzem e também com o como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção (MARX; ENGELS, 2009, p. 25).

A estrutura social e o Estado decorrem constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas, desses indivíduos, não como eles poderão parecer na sua própria representação ou na de outros, mas como eles são realmente, como atuam, portanto, em determinados limites, premissas, e condições materiais que não dependem de sua vontade (MARX; ENGELS, 2009, p. 30).

Assim, sob o ponto de vista do Materialismo histórico dialético os comportamentos humanos, por mais pessoais que sejam, explicam-se pela sociedade, pela práxis social que se subjetiva e torna a se objetivar em um movimento espiral. E com as práticas de consumo não é diferente.

Conforme, Pêcheux (2014), toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobreterminado das formações discursivas que caracterizam a inatância ideológicas em condições históricas dadas. No século 18, considerado o século das luzes, mas também o século do comércio, se consolidou a universalização do intercâmbio material, baseado na compra e venda de mercadorias, é nesse período, mais acentuadamente, que o comércio e consumo se tornam mania, e passam a integrar os comportamentos dos indivíduos à uma totalidade ideologicamente constituída pela classe dominante da época, a burguesia.

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto, as ideias de seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem

em toda a sua extensão e, portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias de seu tempo; que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época. (MARX; ENGELS, 2009, p. 30).

Observamos, na atualidade, que o consumo tem adquirido um caráter sagrado nos hábitos cotidianos dos sujeitos. Como uma espécie de necessidade vital para o convívio em sociedade. De maneira inevitável, os sujeitos são incitados a consumir a partir de discursos que circulam cotidianamente nos mais diferentes meios de comunicação. Como mostra a seguinte materialidade discursiva:

(Sequência Discursiva 8)

NO DF, SER IDOSO É LUXO!

Metade dos lares para idosos do DF são particulares e cobram altos preços

(Correio Braziliense, jul/2013)

Esses discursos que incitam o consumo possuem em sua constituição um caráter ambivalente, apresentando-o como fonte de distinção e integração social. Para Desjeux (2015), a vida social é feita de competição e de cooperação, de autonomia e de controle, de hierarquia e de comunidade, e o consumo está no centro dessas ambivalências. Ele se origina não apenas no domínio dos signos, mas também da procura dos sentidos da vida.

Desse modo, o consumo encarado como novo parâmetro das estratificações sociais, como apontado por Dominique Desjeux em sua obra **O consumo: abordagens em ciências sociais**, não se reduz ao simples ato de comprar, da sensação de prazer em virtude da aquisição de uma mercadoria, ou a uma função de construção identitária, mas vai além dessas dimensões. “Ele se refere aos usos e as interações familiares, amigáveis ou profissionais, às normas dos grupos sociais, às pressões da vida coletiva, à construção social do mercado, ao jogo político, aos efeitos de pertencimento social e à globalização (DESJEUX, 2015, p. 17).

Desta forma, ressaltamos que o discurso está sempre imbricado com os interesses e posições de classes. Por isso, tomar a questão do discurso sobre o eixo temático Velhice, Mercado de trabalho e Consumo, sobre a atuação da mídia na formulação do dizer e sobre as contradições da sociedade capitalista na determinação dos sentidos, se faz tão importante para que se possa compreender as raízes históricas dos conflitos sociais da atualidade.

ANÁLISE

Ao longo de dois anos de pesquisa no projeto PIBIC (2012-2014) construímos um banco de dados no qual armazenamos as matérias/reportagens colhidas no *site* da revista Veja – on-line. No total, coletamos trinta e nove matérias/reportagens que incidem no tema Velhice.

Com o intuito de encontrar no fio do discurso sobre Aposentadoria e Relações de trabalho²¹ um deslize do dizer que nos possibilitasse traçar outro caminho para compreender os sentidos sobre a **Velhice**, fizemos uma revisão em nosso banco de dados, visando selecionar as materialidades que tratavam do eixo temático “Mercado de trabalho e Consumo” de forma mais contundente.

Constatamos a presença de materialidades, inclusive, que já havíamos analisado²² que tratavam do eixo temático que, nesse momento, constitui nosso objeto de estudo. Então, decidimos selecionar esse material para um novo gesto de interpretação, para pensar a Velhice a partir dos discursos que a relacionam ao Mercado de trabalho e ao Consumo. Cabe ressaltar que o material mencionado são sequências discursivas recortadas de mídias digitais²³, incluindo matérias e reportagens publicadas pela revista Veja em seu formato digital²⁴. Fizemos um recorte temporal para seleção das materialidades que vai dos anos 2000 a 2015. Esse material constitui o *corpus* desta pesquisa.

Faz-se importante salientar que os procedimentos metodológicos aplicados neste trabalho estão sustentados pela perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa. Dessa forma, ao logo de toda a análise movimentaremos seu referencial teórico na relação **Língua, História e Ideologia**.

Na perspectiva da AD, entendemos que toda sequência discursiva (SD) é uma unidade discursiva própria para a análise, por isso, pretendemos desenvolver uma análise que visa articular a linguagem em sua situação discursiva considerando as condições de produção em

²¹ Refere-se aos eixos temáticos que estabeleciam relação com a Velhice nos discursos veiculados pela Revista Veja entre os anos de 1990 a 2010, os quais analisamos e armazenamos no banco de dados do projeto PIBIC, intitulado “O funcionamento do discurso sobre a Velhice e os trajetos sociais de sentidos”.

²² Projeto PIBIC 2013-2014.

²³ Entendemos como mídias digitais toda a comunicação feita através da internet.

²⁴ Estando conscientes de que todo *corpus* é inesgotável retornamos o arquivo da pesquisa anterior, desenvolvida no Programa de Bolsa de Iniciação Científica PIBIC para trazer outras questões teóricas e analíticas. Pois, como diz Orlandi (1999, p. 27), para quem o corpus não se esgota em uma descrição: “cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras) questões”. Desta forma, o objeto uma vez analisado, permanece para novas e novas abordagens. Com isso, justificamos nosso movimento de retorno as materialidades.

sentido estrito (contexto imediato, o aqui e agora do discurso) e, em sentido amplo, o contexto sócio-histórico, o que envolve as contradições da formação social capitalista, bem como o conceito de formação ideológica (FD), que leva em consideração o imaginário, o que para este trabalho se mostra indispensável, já que se apresenta enquanto um instrumento na luta de classes.

Foi om base nesses procedimentos e, sobretudo, no construto teórico sobre **processo discursivo e historicidade** que elegemos o eixo temático **Mercado de trabalho e Consumo**. Pois consideramos que ele permitirá refletir de modo pertinente e singular sobre a relação língua, história e sujeito na compreensão do funcionamento do discurso sobre a Velhice na conjuntura histórica atual.

Assim, diante das materialidades discursivas, questionaremos o efeito de transparência do sentido e do sujeito, examinando a espessura linguístico-histórica da discursividade sobre a velhice, ou seja, seu caráter material, na relação da ideologia com o discurso, da língua com a história, demonstrando a historicidade do sentido no movimento de repetição/deslize do dizer.

Norteados por estes pressupostos, apresentaremos, neste momento, duas sequências discursivas recortadas da entrevista concedida a Revista Veja pelo geriatra norte americano Robert Neil Butler. É importante ressaltar que do ponto de vista da Análise do Discurso, estamos entendendo recorte como unidade discursiva própria à análise. Trata-se de linguagem e situação discursiva. Ainda, desse mesmo ponto de vista, não podemos desconsiderar as condições de produção, ou seja, o contexto sócio-histórico-ideológico, conforme havíamos dito anteriormente.

Por isso, antes de nos debruçarmos sobre a análise faz necessário expor uma breve biografia do entrevistado: Butler é médico geriatra e presidente do Internacional Longevity Center (Centro Internacional de Longevidade). Há 40 anos, cunhou o termo “ageism”, para referir-se à discriminação contra idosos. Em 1975, fundou o National Institute on Aging e, no ano seguinte, ganhou um dos mais prestigiados prêmios literários americanos, o Pulitzer, pelo livro *Why Survive? Being Old in America* (Por que Sobreviver? Envelhecendo na América), sem edição no Brasil. E, em 1982, criou o primeiro departamento de geriatria nos Estados Unidos, na Mount Sinai School of Medicine, em Nova York. Além de ter escrito outros livros e publicado mais de trezentos artigos, nos quais discute sobre a questão do envelhecimento.

O título da entrevista é “O defensor dos velhinhos” (Veja, 24/6/2010), como é possível ver na sequência.

(Sequência Discursiva 9)

Entrevista

O defensor dos velhinhos

O médico Robert Neil Butler criou o primeiro departamento de geriatria nos Estados Unidos. Recebeu prêmio Pulitzer pelo livro <i>WhySurvive? BeingOld in America</i> e escreveu mais de 300 artigos sobre medicina e envelhecimento.



(Veja, jun/2010)

Iniciamos nossa análise observando o título sugestivo dessa matéria que possibilita uma abertura de sentidos e inúmeras interpretações, tendo em vista que sentido é móvel e diverso, significando sempre de formas variadas, produzindo, sobretudo, efeitos de evidências.

Analisando-o sob a ótica da Teoria da Análise Discurso, nosso gesto de interpretação, direciona o olhar para o enunciado “O defensor dos velhinhos” buscando suas Condições de Produção discursivas. Nessa sequência discursiva as formas lexicais “defensor” e “velhinhos” delimitam e desvelam os sentidos desse enunciado.

Segundo Orlandi (2007), as condições de produção em sentido estrito estão relacionadas às circunstâncias da enunciação, ou seja, ao contexto imediato em que o discurso é produzido. Enquanto que as condições de produção em sentido amplo relacionam-se ao contexto sócio-histórico e ideológico. Daí deriva o fato de um enunciado quer ocorra

enquanto estrutura e/ou acontecimento ser único, pois sempre estará atrelado a um contexto específico de enunciação ao qual se denomina em AD Condições de Produção.

Assim, partindo do linguístico, mais especificamente do sintagma nominal O defensor de velinhos temos o significado etimológico da palavra “defensor” que remonta do período românico, significando no idioma do antigo Lácio “protetor da plebe”. Na atualidade essa forma lexical adquiriu, além de “protetor”, outras formas de significação: herói, padrinho advogado, padroeiro, patrono, zelador, entre outras. Por sua vez, encontramos mais pistas para proceder à análise, pois defensor é um substantivo que deriva do verbo defender que é transitivo direto e indireto, visto exige dois complementos: um objeto direto e um objeto indireto. Quem defende, defende alguém de alguma coisa.

Já a palavra “velinhos”, utilizada no enunciado para caracterizar o sujeito velho/idoso, surge *a priori*, como uma forma de tratamento que demonstra afeição (no sentido carinhoso). Contudo há que se levar em conta que a palavra possui um morfema que indica diminuição e, que não é em todos os casos que o sufixo -inho/a se agrega a uma palavra para conferir-lhe um sentido afetivo ou grau, ele também pode ser utilizado com uma conotação sarcástica ou irônica.

No caso, “velinhos”, o sentido de delicadeza deriva para fragilidade. Tomando assim, o velho/idoso enquanto um sujeito frágil, aquele que precisa de defesa. Isso revela a necessidade da abordagem do acontecimento e não apenas da estrutura para se pensar os processos linguísticos-discursivos, pois uma pequena unidade da língua, um simples afixo (morfema -inho) pode nos coloca frente a diversas possibilidades de significação, cabendo a nós, analistas, recorrer ao contexto para significá-los. Por isso, Pêcheux (2008) aponta a necessidade do entrecruzamento dos três caminhos: do acontecimento, da estrutura e da tensão entre descrição e interpretação, pois segundo autor, “todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação” (PÊCHEUX, 2008, p. 53).

A imagem que surge o após o título “O defensor dos velinhos” contribui para o processo de significação do enunciado, pois mostra o geriatra de braços cruzados e sorriso no rosto como aquele que cruzou os braços diante de um fato ou realidade. Ou seja, o verbal e o não-verbal se cruzam enquanto materialidades significantes para orientar os processos significativos da velhice e da condição do velho/idoso na sociedade.

Desta forma o enunciado **Defensor dos velinhos** lança uma questão. De que, ou de quem os velinhos são defendidos?

No prefácio do livro *Memória e Sociedade*, de Ecléa Bosi, Marilena Chauí destaca que a tese de Bosi é “O velho não tem armas. Nós é que temos de lutar por ele” (p. 18), nos advertindo que os velhos foram desarmados, oprimidos e banidos da vida social, inclusive, na sociedade capitalista são impedidos de exercer a função de lembrar.

Nessa posição discursiva, chega-se a concluir que o sujeito é defendido da discriminação no ambiente de trabalho, ato tido como “heróico”, na defesa do velho/idoso. No entanto, operam, nesse jogo discursivo, outros efeitos de sentidos que temos acompanhado em nossas análises. Ou seja, essa “defesa” é orientada para a construção da imagem do velho/idoso tido como jovem, pois assim este poderá continuar vendendo sua força de trabalho sem sofrer nenhum transtorno emocional, o que viria a afetar o desempenho de sua função enquanto trabalhador.

Apresentaremos, agora, outro recorte da mesma entrevista.

(Sequência Discursiva 10)

Você acredita que os governos farão o necessário para lidar com o envelhecimento da população?

“Acho que não são só os governos que têm essa responsabilidade. Médicos, familiares e os próprios indivíduos podem fazer sua parte para melhorar a qualidade de vida e garantir um envelhecimento saudável da população. Acho que não estamos fazendo o que poderíamos fazer pelas pessoas mais velhas. Além disso, **os próprios idosos poderiam contribuir, por exemplo, trabalhando por mais tempo – em vez de se aposentar. Aqueles que trabalham mais beneficiam sua própria saúde e também ajudam a sociedade. As pessoas podem fazer trabalhos voluntários. Você consegue dois benefícios pelo preço de um. Cuidando de si próprio e colaborando para a sociedade**”.

(Veja, jun/2010)

Nessa sequência observamos que é imperativa a tentativa de manter o velho/idoso trabalhando por mais tempo, pois segundo o discurso, aqui analisado, os velhos/idosos que trabalham por mais tempo beneficiam sua saúde e ajudam a sociedade. Uma forma de enunciação que se mostra transparente, pautada na medicina e nas “políticas de solidariedade” que, em essência, provoca no discurso o efeito de apagamento da exploração sofrida pela maioria dos idosos que compõem a sociedade brasileira. Como diz Pêcheux (2008):

Nesse espaço de necessidade equivocada, misturando coisas e pessoas, processos técnicos e decisões morais, modo de emprego e escolhas políticas, toda conversa (desde o simples pedido de informação até a discussão, o debate, o confronto) é suscetível de colocar em jogo uma bipolarização lógica das proposições enunciáveis – como, de vez em quando, o sentimento insidioso de uma simplificação unívoca, eventualmente mortal para si mesmo e/ou para os outros (PÉCHEUX, 2008, p. 33).

Acrescentamos com Silva Sobrinho que:

É a ciência que dá resposta, que produz receitas e que também diz que os indivíduos devem se responsabilizar por sua idade seguindo as “receitas” médicas: atividades físicas, alimentação saudável, vitaminas, exames rotineiros, para “atrasar o ritmo do relógio biológico e viver mais, melhor e com intensidade”. Na verdade, intensifica que o homem a todo custo deve se manter jovem, mas não deixa óbvio que o rejuvenescimento também tem fins voltados para a produtividade e para o consumo (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 179).

Isso nos fica evidente nos enunciados abaixo:

(Sequência Discursiva 11)

Especial

Velhice? fica para mais tarde

Com cuidados estéticos, alimentação saudável e atividade física, quem faz 50 anos (e não parece) adia a hora de envelhecer (Veja, jul/2008)

(Sequência Discursiva 12)

A hora é agora

Eles já passaram dos 65 anos, mas continuam ativos, saudáveis e bem dispostos. São os "idosos jovens" (Veja, jan/2009)

(Sequência Discursiva 13)

Especial Longevidade e Juventude

Idosos jovens

(Veja, mar/2010)

Desta maneira, vemos nas sequências acima a reprodução do discurso que tem circulado no espaço midiático, entrecruzando os sentidos de **velhice/ Consumo/Mercado de trabalho**, produzindo evidências que culpam o sujeito por seu envelhecimento e por sua condição de vida na velhice.

Vejamos mais alguns exemplos de materialidades que revelam esse processo discursivo:

(Sequência Discursiva 14)

Renúncia à aposentadoria pode ser opção para até 703 mil beneficiários do INSS
(Brasil Econômico abr/2013)

(Sequência Discursiva 15)

Aumento na expectativa de vida do brasileiro preocupa Previdência
(Brasil Econômico Ago/2013)

(Sequência Discursiva 16)

Dois caminhos para garantir velhice digna



Num país em que se vive mais, surgem alternativas opostas: garantir cuidados públicos de qualidade ou apostar na indústria de medicamentos

(Outras mídias, jan/2014)

(Sequência Discursiva 17)

Gastos com a velhice vão de R\$ 1 mil até R\$ 144 mil por ano:



(Brasil Econômico jul/2014)

Esses modos de dizer sobre a velhice revelam trajetos temáticos, ou seja, gestos de interpretação que orientam a produção de sentidos para o velho/idoso. Como diz Orlandi (2013):

O discurso em princípio, não se fecha. É um processo em curso. Ele não é um conjunto de textos mas uma prática. É nesse sentido que consideramos o discurso no conjunto das práticas que constituem a sociedade na história, com a diferença de que a prática discursiva se especifica por ser uma prática simbólica (ORLANDI, 2013, p.71).

Assim, esses dizeres constroem e reproduzem uma discursivização que incessantemente nega a velhice e a aposentaria. Essa trama de sentidos é produzida nas materialidades discursivas no confronto das relações de trabalho e aposentadoria, tida como “ócio”, e a “vida ativa”, tida como “utilidade”.

Foi possível perceber que esses discursos sobre a aposentadoria lançam sentidos negativos para os sujeitos, tais como: “inativo”, “improdutivo” e “incômodo”. Nessa

retomada de sentidos o velho/idoso não pode “parar”, “repousar” e para escapar dos sentidos negativos o sujeito é levado a permanecer no trabalho ou mostrar-se produtivo em busca de outro emprego, o que culmina na negação da velhice.

(Sequência Discursiva 18)

Mercado de trabalho está cada vez mais aberto à terceira idade;
Veja dicas:Empregadores preferem pagar pela experiência e idosos voltam à ativa

(Thomas Case associados, jun/2014)

Nessa materialidade, recortada de um *site* de emprego, pode-se observar na falsa transparência da linguagem as contradições que o constitui, pois ele nos permite concluir, à primeira vista, que há um destaque para a experiência do sujeito idoso. Isso instaura um acontecimento enunciativo dentro das relações semânticas sobre a velhice em nossa sociedade já que apresenta a experiência do velho/idoso como fator relevante para sua inclusão no mercado de trabalho.

Entretanto, essa “nova” forma de significar a velhice, que visa o desenvolvimento de um novo processo significação desta para o imaginário social, dissimula no interior de sua estrutura os interesses da sociedade capitalista burguesa, pois a exaltação da experiência dos sujeitos “cidadãos da terceira idade” não se dá de forma ingênua, mas como uma “dica” para que o sujeito velho/idoso “saia da inatividade” e volte à ativa. Assim, a exaltação á experiência do idoso é historicamente constituída através das demandas das relações sociais de produção, uma vez que se apresenta na sociedade brasileira um atual crescimento do desemprego além de outras questões sociais que implicam diretamente na necessidade dessa nova discursivização sobre Velhice, agora, encarada do ponto de vista das relações de trabalho, como por exemplo:

- A problemática da previdência social;
- A diminuição da taxa de natalidade;
- Aumento do taxa mortalidade dos jovem;
- Escassez de mão de obra qualificada;
- O índice de analfabetismo;
- Negligência do Estado frente às questões supracitadas.

No entanto, estas questões são silenciadas e culpa-se o sujeito por não ser qualificado e /ou não ter experiência para atuar em determinadas áreas.

A respeito de estrutura e acontecimento, diz Pêcheux (2008):

só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial e uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho de deslocamento em seu espaço (PÊCHEUX, 2008, p.56).

Desta forma, o discurso não se apresenta somente como lugar de reprodução mais também de resistência e transformação, “espaço de jogo de sentidos onde o silêncio significa” (ORLANDI, 2007).

Aqui, vemos que o silêncio é mais que a ausência de palavras, pois, conforme Orlandi (2007), “há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio” (ORLANDI, 2007, p.11).

Assim, defendemos que as questões supracitadas, silenciadas na constituição dos discursos que entrecruzam Velhice, Mercado de trabalho e Consumo, constituem a necessidade de seu surgimento na sociedade atual.

Situando a questão, geograficamente, ainda que de maneira bastante abrangente, não é característica histórico-social do ocidente a valorização do sujeito velho/idoso. Ao contrário do que ocorre em algumas sociedades orientais, por exemplo. De forma restrita, essa valorização, não se configura enquanto *práxis* social, no Brasil. País no qual reverbera o preconceito contra esses sujeitos.

Entretanto, essa “nova” forma de significar a velhice se move em um processo parafrástico e polissêmico que, de certa maneira, tenta romper com a estrutura discursiva até então reproduzida, mas ao fazê-lo retoma sentidos estabilizados.

Como se pode observar neste trecho recortado da sequência acima “**voltam à ativa**”, que diz, no silêncio que produz, que o velho/idoso é um sujeito inativo. Restringindo essa atividade ao conceito laborativo.

Para Caldas (1997):

O trabalho é também a inserção obrigatória do indivíduo no sistema de relações econômicas e sociais. Ele não é apenas fonte salarial, mas representa também o seu lugar na hierarquia de uma sociedade feita de classes e de grupos de status (CALDAS, 1997, p.132).

Essa tensão retoma dizeres estabilizados no imaginário social, de que o sujeito velho/idoso aposentado é aquele que se encontra à margem da sociedade, que é inativo, improdutivo, logo sem serventia ao sistema.

Como se pode ver, o discurso dissimula, no interior de sua estrutura, os interesses da sociedade capitalista burguesa, pois a exaltação da experiência dos sujeitos “cidadãos da terceira idade” não se dá de forma ingênua, mas como uma “dica” para que o sujeito velho/idoso saia da “inatividade” e volte à “ativa”. Assim, a exaltação da experiência do idoso é historicamente constituída através das demandas das relações sociais de produção, uma vez que se apresenta na sociedade brasileira um atual crescimento do desemprego e aumento da expectativa de vida da população idosa.

Vejamos a próxima sequência:

Sequência Discursiva 19

Busca de emprego na terceira idade

Quando as rugas aparecem e os movimentos já não são tão ágeis, a dúvida aparece: será que estou ficando velho para o mercado de trabalho?

(Empregos S.com, out/2015)

Nesta sequência discursiva, recortada de um *site* de busca de emprego para terceira idade, observamos a presença de sentidos sobre o corpo de uma forma muito assinalada. As marcas que o tempo estampa são ressaltadas, bem como a percepção da perda de movimentos ágeis, e essas retomadas de dizeres colocam o sujeito do discurso a questionar se esse corpo ainda está apto ao trabalho. Essa percepção traz à tona a dualidade entreconsciente/inconsciente, pois o sujeito, antes de enunciar a dúvida sobre sua aptidão ou não aptidão para o trabalho, enuncia os sintomas que revelam que seu corpo está envelhecendo, inadequado a atividade laborativa.

Desta forma, tem-se a relação que se estabelece entre corpo e trabalho, uma relação de dependência, visto que o trabalho põe em movimento, nas palavras de Marx (1983), uma corporalidade.

Essa questão posta por Marx revela, ao mesmo tempo, que há uma divisão social do trabalho. Isso, resumidamente, consiste em dizer que há trabalho intelectual e manual. E que existe uma determinação histórica que define os que irão desenvolver um ou o outro tipo de trabalho.

Contudo, além da evidência estabelecida entre corpo e trabalho, pode-se depreender, a partir do não-dito que soa quando se enuncia “ágeis”, nos direcionando a um sítio de significação, no qual se encontra topicalizada a questão da “inatividade” do sujeito velho/idoso, que, pela determinação social, não é para todos os idosos que está aberto o mercado de trabalho. Segundo Orlandi (2007) só se pode pensar o silêncio, sem cair na armadilha dessa relação quando se pensa o “avesso da estrutura”, sem o binarismo, sem as oposições e regras estritas e categóricas. Quando se pensam radicalmente não produtos mas os *processos de significação*, isto é, o *discurso*.

Desse modo, podemos ainda compreender que o questionamento levantado pelo sujeito do discurso, e que, por sua vez, suscita a dúvida sobre sua condição física, é uma forma de interpelação direcionada a população velha/idososa.

Pois, há um discurso da produtividade, dominante na formação discursiva do capital que atravessa, interdiscursivamente, essa forma de enunciar e que nos remete a outras formas historicamente constituídas que dizem velho/idoso um ser inativo, sem valor no mercado de trabalho para a exploração capitalista. Assim, podemos observar, no fio desses discursos, uma certa modalidade de chamamento do sujeito ao trabalho, através do questionamento de sua serventia: “será” que o aparecimento das rugas e o fato de seus movimentos não serem tão ágeis é um motivo para você se tornar um “inativo”?

Vejamos, agora, o funcionamento da vigésima sequência discursiva e a forma como ela se relaciona interdiscursivamente à sequência anterior.

(Sequência discursiva 20)

Empregabilidade na terceira Idade: os “coroas” ainda são procurados?

(Thomas Case,out/2014)

A sequência acima é um recorte de um texto publicado no *site* da Thomas Case & Associados, uma empresa de consultoria em gestão e planejamento de carreira. Nessa sequência, observamos que o discurso segue o mesmo funcionamento do discurso anterior, tem-se uma pergunta com o tom de dúvida, de espanto. Pois, ao primeiro olhar se sobressai a pergunta, inclusive pelo sinal de interrogação que corrobora para produção da evidência do sentido, cujo trabalho pertence à ideologia. Diz Pêcheux (2014), a ideologia tem como característica dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo, assim, evidências para os sujeitos.

Assim, é o operador argumentativo ‘ainda’, um advérbio que expressa tempo, que promove o deslizamento de sentido que produz uma perplexidade da procura pelos coroa no mercado de trabalho. Se atentarmos, no entanto, para o não-verbal da sequência em análise, veremos que a imagem que se apresenta não corresponde ao que, atualmente, seria um/a “coroa”, pois o “coroa” em destaque na imagem não tem cabelos brancos, características que fazem parte do imaginário social do que é ser “coroa”.

Além disso, a roupa desse “trabalhador” aponta para um tipo específico de trabalho, desenvolvido em escritórios. Vemos que em seu funcionamento, no imbricamento do verbal e do não verbal e sua inscrição nas relações sócio-históricas, o discurso vai mostrando quem é procurado; não são quaisquer trabalhadores “coroas” que são procurados, e não são todas as atividades do mercado de trabalho que os recrutam.

Esta última sequência discursiva foi extraída do site R7.com. cana da TV RECORD, na internet.

(Sequência Discursiva 21)

**Recrutados depois
da aposentadoria**

Eles já haviam dado sua carreira por encerrada. Mas, atraídos por ótimas propostas de trabalho, retornam ao batente para suprir a escassez de mão-de-obra qualificada



Após 35 anos de trabalho, o engenheiro civil José Carlos Greppe aproveitou o ócio da aposentadoria: aprendeu a jogar golfe, comprou uma casa de campo e viajou para a Europa sem dia certo para retornar. Durou pouco. Assediado por quatro empresas, aceitou uma proposta para voltar. "A oferta era irrecusável"

(R7.com, mai/2015)

A sequência acima traz a imagem do idoso aposentado e valorizado, como aquele que irá suprir a escassez de mão-de-obra *qualificada*. Em troca, lhe são oferecidas excelentes propostas, como altos salários, mobilidades de horário, entre outras regalias que

normalmente não se tem no ambiente de trabalho. Com tantos benefícios, como não voltar a trabalhar?

Como se vê, as “ótimas propostas de trabalho” não se destinam a maioria da população brasileira sem acesso à educação, saúde e qualificação profissional. Vejamos que a materialidade discursiva traz o exemplo de um engenheiro aposentado que, “assediado”, voltou a trabalhar, pois a proposta era “irrecusável”, o discurso não apresenta exemplos de outras categorias profissionais, e essa forma de significar o trabalho e o sujeito vai delimitando os que terão essas propostas irrecusáveis.

Assim, há que se aludir nesta discussão à divisão social do trabalho, a partir da qual se estabelecem as relações de exploração entre os homens. Para Marx (2004), uma das circunstâncias que determina a força produtiva do trabalho é a habilidade dos trabalhadores. Em sociedades primitivas, a divisão social do trabalho se dava basicamente por fatores fisiológicos, na sociedade capitalista, principalmente após o processo de industrialização, essa divisão se dá entre trabalho intelectual e trabalho manual, cabendo o primeiro posto aos que dispõem de qualificação. Enquanto que o segundo recai sobre os ombros das camadas mais desfavorecidas da sociedade.

Desta maneira, é a maquinaria que cristaliza a dissociação das forças intelectuais do processo material de produção, dividindo socialmente o trabalho abstrato em trabalho manual e intelectual. Logo, a materialidade discursiva possibilita interpretar a partir de sua estrutura que o recrutado não pode ser qualquer idoso, não há vaga para todos, apenas para aqueles que possuem qualificação, para os que possuem uma carreira profissional.

Assim, o acontecimento discursivo que tenta instaurar um novo/diferente lugar de significação para o sujeito o velho/idoso na sociedade brasileira, não rompe com a estrutura discursiva historicamente constituída pelo imaginário social. Pois, ao passo que homogeneíza, polariza sentidos de atividade/inatividade aptidão/não-aptidão do sujeito velho/idoso para o Mercado de trabalho, trazendo à tona as desigualdades existentes na sociedade capitalista promovida pela luta de classes. Visto que as vagas de emprego se limitam a uma parcela muito pequena da população de idosos da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES

Em nossa pesquisa, observamos que a lógica do mercado tem atuado fortemente no discurso sobre a velhice, exigindo um retorno do velho/idoso ao mercado de trabalho, visando potencializar seu poder de compra. No entanto, contraditoriamente, as formulações discursivas em análise encobrem a exploração do trabalhador e o preconceito sofrido pelo sujeito velho-idoso aposentado. Por um lado, por conta da lógica capitalista, esses sujeitos são postos à margem da sociedade, por outro, são convocados a consumir. Desse modo, o discurso sobre velhice-consumo refrata sua natureza contraditória, desvelando silenciamentos como a exclusão social e o efeito da luta de classes nas práticas discursivas sobre a velhice e o sujeito velho/idoso.

Nas materialidades aqui analisadas, o discurso sobre a velhice mobiliza dizeres sobre mercado de trabalho e empregabilidade para produzir evidências do que é ser um trabalhador (ativo/inativo) na atual conjuntura sócio-histórica brasileira. Nessa discursivização, há uma intrínseca relação entre língua e discurso, capaz de produzir efeitos para os sujeitos de que eles precisam manter-se na ativa e não buscar a aposentadoria.

Quando articulados às suas condições de produção, esses discursos nos permite compreender o funcionamento das relações de produção da sociedade capitalista, que recruta os sujeitos, de diversas formas, para a sua contínua reprodução social, através da exploração do trabalhador.

É nas práticas linguísticas que essa ideologia do lucro é materializada, aparecendo para os sujeitos, nesse caso os velhos, como algo necessário e benéfico. Pelo interdiscurso, através de pré-construídos, recuperamos dizeres de velhice como inatividade e morte, que parecem se opor a essa “nova” discursivização que chama o idoso ao trabalho, e que, ao mesmo tempo, delimita os que podem voltar ou não à atividade profissional para desempenhar funções na reprodução social.

Vimos, também, como as práticas discursivas trabalham na homogeneização dos sentidos e, conseqüentemente, dos sujeitos, pois, como afirma, Pêcheux (1997), sujeitos e sentidos são constituídos simultaneamente. Essa produção de sentidos homogêneos deve ser constantemente questionada. Como afirma Silva Sobrinho (2007), há diferentes formas de viver a velhice, formas que são determinadas historicamente.

Nas análises que produzimos, constatamos que a tentativa de homogeneização da velhice está se disseminando no discurso midiático, construindo sentidos determinados para os velhos/idosos. Segundo Silva Sobrinho “o (in)visível desses discursos é exatamente a ocultação da velhice do trabalhador” (2007, p. 180).

Assim, vemos que as mídias digitais tem utilizado diversos mecanismos nessa interpelação, como o argumento de autoridade, geriatras e gerontólogos, ou seja, especialistas no assunto envelhecimento para direcionar os sentidos sobre o sujeito velho/idoso. Nesses discursos, os efeitos de sentido deslizam da saúde para as relações de trabalho no capitalismo. Fazendo entender que o fato de o velho/idoso continuar trabalhando e não se aposentar, é uma atitude que vai beneficiar a sua saúde, silenciando os sentidos da exploração do trabalho na lógica do capital.

Desta forma, as estratégias discursivas veiculadas na mídia que estabelecem a relação entre a **Velhice, Mercado de Trabalho e Consumo** buscam uma homogeneização da velhice e produzem e reproduzem uma discursividade que tenta garantir a estabilidade do sistema de exploração da mais-valia, que se encontra engendrado nas sociedades capitalistas. Trata-se de uma determinação histórica, constituída pela ideologia, que faz da velhice, sinônimo de aposentadoria e desliza o sentido de aposentadoria para “ociosidade” e “inutilidade”, culpando os sujeitos por sua condição de velho e por sua exclusão social. O discurso, em seu efeito de evidencia, coloca que os velhos/idosos devem “trabalhar”, “continuarem ativos, saudáveis”, no “batente”. Distanciando a aposentadoria que passa a ser negada em direito em nome da manutenção de sua existência como sujeito que “contribui” para si e para sociedade, traduzido como “dois benefícios pelo preço de um”.

Como estamos pensando a posição-sujeito do discurso da mídia, podemos dizer que no dizer da imprensa fala a voz do capital e sua lógica de exploração. Por fim, concluímos que as materialidades históricas discursivas veiculadas pela mídia estão produzindo determinados sentidos sobre “velhice” no entrecruzamento do dizer sobre “Velhice, Mercado de trabalho e Consumo”, e, por isso, têm atingido a representação da periodização da vida, numa tentativa de homogeneizar a “velhice” dos sujeitos e gerir, de modo imperativo, os sentidos para os sujeitos nesta sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Os sentidos do trabalho: **Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987, p. 90.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Trad.: Artur Mourão. São Paulo: Edições 70, 2007.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CALDAS, Pereira Célia. **Memória, Trabalho e Velhice. Um estudo das memórias de velhos trabalhadores**. In VERAS, Renato P. Terceira Idade: Desafios para o terceiro milênio. Rio de Janeiro, UnAT/UERJ: Relume-Dumará, 1997.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **O sujeito responsivo/ativo em Bakhtin e Lukács**. Anais II SEAD - 2005. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/MariaDoSocorroAguiarDeOliveiraCavalcante.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Mobilidade do sujeito e dos sentidos no espaço político: processos de identificação/desidentificação**. Conexão Letras. Volume 9, nº 12 | 2014.

<http://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/download/55123/33523>

FLORENCIO, Ana Gama et al. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Maceió: EDUFAL, 2009.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Discurso, História e a Produção de Identidades na Mídia**. UNESP, São Paulo. Disponível em: . Acesso: 07 jun. 2016.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades**. Revista Univerciencia, São Paulo, vol. 4, n. 11, p. 11-25, nov 2007. Disponível em: .Acesso: 07 jun. 2016.

HADDAD, Eneida G. de Macedo. **A ideologia da Velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. **O direito à velhice: os aposentados e a previdência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

IBGE. Censo demográfico 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/.../93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilio_s.pdf> Acesso em: 26 mar. de 2017.

_____. **Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv54598.pdf>> . Acesso em: 12 fev. de 2017.

Pesquisa nacional por amostra de domicílios : síntese de indicadores 2015 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016. 108p. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-240-4398-7 1. Pesquisa nacional por amostra de domicílios - 2015. 2. Levantamentos domiciliares - Brasil. 3. Indicadores sociais - Brasil. 4. Brasil - População - Estatística. I. IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais CDU 314.6(81)2015 RJ/IBGE/2016-25 DEM

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. O Trabalho. In: **Para uma ontologia do ser social II**. Trad.: Nélio Schneider; Ivo Tonet; Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAGALHÃES, Belmira Rita. **Da impossibilidade da festa à festa possível**. Edufal, 2007.

MAGALHÃES, Belmira Rita et al. **História, consciente e inconsciente: o sujeito na análise do discurso**. Revista Leitura, nº 40. Maceió: EDUFAL, 2007.

MAGALHÃES, Belmira. **Materialismo histórico-dialético e práticas discursivas**. (no prelo) 2014.

MAGALHÃES, Belmira; MARIANI, Bethania. **Processo de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente**. Linguagem em (Dis)curso, Palhoça, SC, v.10, n. 2, p. 391-408. 2010.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **Envelhecimento e Resistência Cultural**. Intercâmbio. Rio de Janeiro, v. 3, n. 7/9, p. 47-54, jan./dez. 1990.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso (re) ler Michel Pêcheux hoje**. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. MARX, Karl. **A Sagrada Família**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “ O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano**. 1ª ed, São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 1ª ed, São Paulo: Expressão Popular, 2008

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Global, 1980.

_____. **O Capital**. Livro I. 2ª ed, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2013.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

PACHECO, J. L. **Sobre a aposentadoria e envelhecimento**. In J. L. Pacheco, J. L. M. Sá, L. Py & S. N. Goldman (Orgs.). Tempo rio que arrebatou (pp.59-73). Holambra: Setembro, 2005.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2008.

_____. **Semântica e Discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **Semântica e Discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

_____. **Papel da memória**. In: ACHARD, Pierre et al. O papel da memória. Campinas: Pontes, 2010.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, C. **A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas** (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). Por uma análise automática do discurso. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

SANTAELLA, Lucia. **Matrizes da linguagem e pensamento: sonora visual verbal: aplicações na hipermídia**. 3ª ed. São Paulo: Iluminuras: FAPESP, 2005.

_____. Navegar no ciberespaço: o perfil do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. **Os espaços líquidos da cibermídia**. Revista Compos. Abril de 2005. Disponível em: < <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/26/27>>. Acesso em: 11 nov. de 2017.

SILVA SOBRINHO, Helson. **Discurso, Velhice e Classes Sociais: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica**. Maceió: Edufal, 2007.

STEWART, Thomas A. **Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TFOUNI, Fabio. **Memória e fetichização da mercadoria**. In: **Discurso, Língua e Memória**. Organon – Revista do Instituto de Letras da UFRGS, v. 17, n. 35, p. 86-99, Porto Alegre, 2003.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. **O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais**. Estudos de Psicologia I Campinas I 25(4) I 585-593 I outubro - dezembro 2008, p. 587.

<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>

<https://veja.abril.com.br/saude/o-defensor-dos-velhinhos/>

<https://veja.abril.com.br/economia/governo-muda-lei-para-fechar-contas-da-previdencia-social/>

<https://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/dois-caminhos-para-garantir-velhice-digna/>

<https://www.jmellors.pt/velhice-de-luxo>

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/11/indice-de-idosos-que-trabalham-no-brasil-atinge-27-diz-ibge-4349611.html>

<https://thomascase.com.br/>

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/07/23/interna_cidadesdf,378454/metade-dos-lares-para-idosos-do-df-sao-particulares-e-cobram-altos-precos.shtml

<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/12/em-10-anos-cresce-numero-de-idosos-no-brasil>

<http://www.fitrh.com.br/empregabilidade-na-terceira-idade-os-coroas-ainda-sao-procurados/>

<https://carreiras.empregos.com.br/seu-emprego/busca-de-emprego-na-terceira-idade/>